

Solidez Combina Comigo



caixa

Relatório & Contas

2012

Caixa Económica de Cabo Verde

RELATÓRIO E CONTAS 2012

Elaborado por: Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

Codificação: PCCN.FM.U.001.00

Data: 12-03-2012

Certificado pelas normas



ÍNDICE

Órgãos Sociais.....	5
Direcção e Rede Comercial.....	6
Carta do Conselho de Administração	9
Principais Indicadores	13
1. Considerações Gerais	14
1.1. Enquadramento das actividades.....	14
1.1.1. Conjuntura Internacional.....	14
1.1.2. Conjuntura Nacional	16
1.1.3. Sector Financeiro	18
1.2 Principais Aspectos Institucionais	19
2. Síntese da Actividade	20
3. Actividade Bancária	22
3.1. Depósitos.....	22
3.2. Créditos.....	24
3.3. Crédito e Juros Vencidos.....	27
3.4. Actividades Financeiras.....	27
4. Outras Actividades	29
4.1. Recursos Humanos	29
4.1.1. Caracterização dos efectivos.....	30
4.1.2. Formação e desenvolvimento	31
4.1.3. Mobilidade de pessoal	33
4.1.4. Benefícios Sociais	33
4.2. Gestão de Riscos	33
4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos.....	35
4.4. Organização e Qualidade.....	36
4.5. Instalações.....	36
4.6. Marketing.....	37
4.7. Relações com os Emigrantes.....	39
4.9. Relações Internacionais.....	39
4.10. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social	40

5. Análise da Rendibilidade	42
5.1 Resultados do Exercício.....	42
5.2 Rendibilidade e Eficiência.....	45
5.3 Rácios Prudenciais.....	45
5.4 Provisões e Imparidade	46
5.5 Créditos e Juros Vencidos.....	46
6. Proposta de Aplicação de Resultados.....	47
7. Notas Finais.....	48
Balanço e Demonstração de Resultados.....	49
Parecer do Conselho Fiscal.....	52
Relatório dos Auditores Externos.....	53

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Marcos Fortunato Oliveira (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente	António Manuel dos Santos Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (<i>INPS</i>)
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

5

Conselho de Administração

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes (<i>INPS</i>)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos (<i>CCV</i>)
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Núias Mendes Barbosa da Silva
Vogal	Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (<i>IMPAR</i>)

Conselho Fiscal

Presidente	Eunice da Graça da Luz (<i>CCV</i>)
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro (<i>IMPAR</i>)
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos (<i>INPS</i>)

Comissão Executiva

Presidente	Emanuel Jesus Veiga Miranda
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos
Vogal	Núias Mendes Barbosa Silva

Direcção e Rede Comercial

Direcção Financeira e Internacional	Emanuel Évora Gomes Director
Direcção de Informática e Comunicações	Jorge Henrique Lima Director
Direcção Comercial Norte	Manuel Henrique Almeida Director
Direcção Comercial Sul	Maria Júlia Ferreira Directora
Direcção Administrativa e Recursos Humanos	Celia Santos Directora
Direcção Operacional	Manuel Tavares Júnior Director
Direcção de Gestão de Risco	João Carlos Lopes Director
Gabinete de Acompanhamento de Crédito	Emanuel Andrade Semedo Coordenador
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes de Pina Coordenadora
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Resende Cardoso Coordenadora
Gabinete de Marketing	Helder da Graça da Luz Coordenador
Gabinete de Organização, Estudos e Projectos	José Luis Silva (Célia Santos, até 05/11) Coordenador
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Vera Lima Coordenadora
Gabinete de Função Compliance	Ariana Ribeiro Coordenadora
Gabinete de Secretariado e Relações Públicas	Diva Vieira Coordenadora

Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Octávio Melo Coordenador
Gabinete de Segurança	Abel Cardoso Coordenador
Agência da Fazenda	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência do Plateau	Eurizandra Semedo <i>Gerente</i>
Agência de Assomada	António Alvarenga (Arlindo Melo, até 01/10) <i>Gerente</i>
Agência Achada de Santo António	Dulce Barreto (Amílcar Almeida, até 15/10) <i>Gerente</i>
Agência dos Espargos	Júlia Maria dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Santa Maria	Carla Carvalhal <i>Gerente</i>
Agência do Aeroporto <i>Amílcar Cabral</i>	Júlia Maria dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo	Águeda Cardoso da Graça <i>Gerente</i>
Agência de Monte Sossego	Alcídia Ramos <i>Gerente</i>
Agência da Ribeira Grande	Manuela Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência de Palmarejo	Amílcar Almeida (Manuela Garcia, até 15/10) <i>Gerente</i>
Agência de S. Filipe (Fogo)	Queilidénia Freitas <i>Gerente</i>
Agência da Calheta de S. Miguel	Julião Rocha Semedo <i>Gerente</i>
Agência do Aeroporto da Praia	Eurizandra Semedo <i>Gerente</i>

Agência do Sucupira	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência de Achada S. Felipe (Praia)	Ivete Carvalho <i>Sub-Gerente</i>
Agência do Tarrafal (Santiago)	Emiliano Costa <i>Gerente</i>
Agência de Fonte Cónego	Alcídia Ramos <i>Gerente</i>
Agência do Coculi	Manuela Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Paúl	Manuela Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Sal-Rei	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Santa Cruz	José Jorge Silva <i>Gerente</i>
Caixa Empresas	Katia Antunes <i>Gerente</i>
Agência dos Mosteiros	Queilidénia Freitas <i>Gerente</i>
Agência de Porto Novo	Armindo Luz <i>Gerente</i>
Agência do Maio	Carlos Martins <i>Gerente</i>
Agência de R ^a Brava	José Moreno <i>Gerente</i>
Agência Tarrafal (S.Nicolau)	José Moreno <i>Gerente</i>
Agência Sede (Praia)	Katia Antunes <i>Gerente</i>

Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos,

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., não obstante os reflexos da crise financeira e económica mundial na economia Cabo-verdiana, conseguiu durante o exercício económico de 2011 prosseguir o seu percurso de afirmação e consolidação da sua posição no mercado, ao mesmo tempo que vem consolidando e fortalecendo a sua situação financeira e económica, tendo alcançado resultados globalmente aceitáveis face à evolução menos positiva da economia nacional em 2012, explicada, sobretudo, pelo agravamento das adversidades que têm marcado o contexto económico e financeiro mundial nos últimos 5 anos, e em particular a Europa, o principal polo de cooperação e relações económicas e comerciais de Cabo Verde. Este processo de consolidação em curso permite perspectivar um crescimento robusto e equilibrado da sua actividade para o futuro.

9

Os resultados alcançados, tanto no plano económico e financeiro, quanto no plano da actividade comercial, foram construídos no quadro do Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2009-2012, o qual definiu três objectivos: 1) Posicionar a Caixa como o melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos Clientes, rentabilidade financeira para os Accionistas, ambiente laboral para os Colaboradores, e relacionamento com a Comunidade; 2) Atingir uma quota de mercado combinada de 33,3% em créditos e depósitos; 3) Estender a cobertura territorial a todas as ilhas do país.

Para a prossecução dos objectivos acabados de referir, elegeu-se quatro eixos prioritários de intervenção: Qualidade, Inovação, Proximidade e Liderança. No quadro do Plano Estratégico e dos eixos atrás referidos, as actividades da Caixa em 2012 centraram-se em três eixos de intervenção: Consolidação, Valorização e Conclusão. O objectivo prioritário para o exercício de 2012 foi o incremento da liquidez do banco. Este objectivo foi largamente alcançado. Prova disso é o crescimento de 11% verificado ao nível de captação de recursos de clientes.

Assim, em resultado das prioridades definidas para 2012, mas também da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, a qual contribuiu para a degradação da capacidade de certos clientes honrarem regularmente o serviço da dívida junto da Caixa, os Resultados Líquidos do exercício fixaram-se em 119 mil contos, o que representa uma redução na ordem dos 73% face a 2011, os Capitais Próprios sofreram uma redução de 2,5% e o Rácio de Solvabilidade manteve-se,

praticamente, inalterado, passando de 13,5% em 2011 para 13,6% em 2012. A redução dos resultados é também explicada pelo reforço das imparidades em mais de 200 mil contos, fruto de um conjunto de ajustamentos e correcções feitos a nível dos factores de risco e pressupostos de base para o cálculo das LGDs, PDs e PIs.

No respeitante às actividades, a Caixa viu o seu Activo Líquido registar um crescimento de 6,9%, para atingir os 44.980 mil contos, fruto, essencialmente, do crescimento acima dos 300% verificado nas aplicações em Instituições de Crédito.

10

Prosseguiu-se com a criação das condições humanas, físicas, tecnológicas e institucionais com vista à materialização de todos os projectos que fazem parte do Plano Estratégico para 2009-2012.

Neste âmbito, prosseguiu-se com a implementação do projecto “Uma Só Caixa”, nomeadamente, a componente Identidade Corporativa, mas também, com os projectos de gestão documental, AML e novo sistema de avaliação de desempenho.

O ano de 2012 na Caixa é marcado, sobretudo, pela certificação desta instituição segundo ISO 27001 e ISO 9001, em sistema de segurança de informação e sistema de gestão da qualidade, respectivamente, e pela inauguração da sua nova sede social. É de frisar que no que concerne às duas certificações atrás referidas, a Caixa é o único banco certificado em Cabo Verde. Já a nova sede é uma infra-estrutura que vai contribuir não só para a elevação da imagem da Caixa, mas, sobretudo, para gerar enormes ganhos de eficiência,

Com a implementação paulatina dos projectos previstos no Plano Estratégico, considerando as perspectivas de alguma retoma da economia mundial e as previsões de crescimento económico, para Cabo Verde para os próximos anos, aliados à abnegação e engajamento total que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, estamos, pois, confiantes de que a Caixa, em 2013, vai enfrentar com sucesso os desafios que se lhe colocam, designadamente o incremento da sua carteira de crédito tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Estamos, pois, em crer que as medidas e acções materializadas em 2012 contribuíram para o reforço das condições básicas necessárias para o banco seguir o seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infra-estruturas físicas, tecnológicas, mas também dos processos de negócios e estrutura organizacional e, ainda, na aposta forte na valorização e



motivação dos seus Recursos Humanos. Assim sendo, acreditamos que a Caixa vai poder reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, continuar a criar cada vez mais valor para os seus accionistas, trabalhadores e sociedade, a um nível que a todos satisfaça.

Para concluir, dirigimos palavras de agradecimento aos nossos Clientes pela sua preferência, aos Accionistas pela confiança depositada em nós, e, muito em especial, aos estimados Colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que demonstraram ao longo do ano.

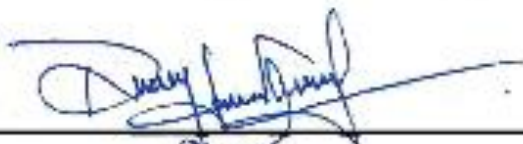
Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração



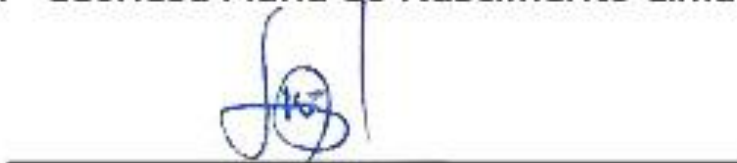
Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda




Vice - Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado



Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes



Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos



Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida



Vogal - Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes



Vogal - Nuias Mendes Barbosa da Silva

Principais Indicadores

Quadro I – Principais Indicadores

	Unidades	2011	2012
1. Dimensão			
- Activo Líquido	Contos	42.090.551	44.980.802
Variação	%	14,6	6,9
- Recursos Próprios (Capital+Reservas+Resultados)	Contos	3.549.658	3.459.522
- Crédito s/ Clientes (Líquido)	Contos	34.746.969	32.350.071
- Recursos de Clientes	Contos	35.957.992	39.930.010
- Trabalhadores		272	293
- Agências e outras formas de Representação	Unidades	33	34
- Agências	Unidades	29	30
- Delegações nos Correios	Unidades	4	4
2. Rendibilidade			
- Resultados Líquidos do Exercício	Contos	432.678	118.664
- Cash Flow do Exercício	Contos	966.276	780.715
- ROA (Resultado Líquido/Activo Líquido Médio)	%	1,10	0,27
- ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	%	12,6	3,39
3. Prudências			
- Fundos Próprios (Aviso BCV)	Contos	3.487.109	3.358.911
- Rácio de Solvabilidade (Aviso BCV)	%	13,51	13,59
- Rácio do Imobilizado Liq (Imobilizado Liq./Fundos Próprios)	%	190,0	127,7
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	13,17	17,11
- Imparidades Crédito Vencido/Crédito Vencido	%	53,49	49,68
- Indicador Qualidade Crédito	%	4,48	6,35
4. Funcionamento			
- Custos Operativos/Produto Bancário (cost to income)	%	56,3	66,6
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	8.110	6.774
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	Contos	3.633	2.764
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	%	28,1	22,3
- Cash Flow/ Activo Líquido Médio	%	2,5	1,8

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CAIXA), vem o conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral e aos Accionistas o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2012.

1.1. Enquadramento das actividades

1.1.1. Conjuntura Internacional

Num cenário de crise, que perdura desde meados de 2007, os indicadores da actividade económica revelam uma generalizada deterioração das condições económicas, nos últimos seis meses de 2012.

Nomeadamente, a situação económica dos países da Zona Euro complicou-se, em efeito do arrastamento da crise financeira e, consequentemente, do agravamento das condições de financiamento da economia e da diminuição da confiança dos agentes económicos. A actividade económica na Área do Euro registou uma contracção de 0,2% no 2º trimestre (-0,5% em termos homólogos), e uma assinalável contracção no 3º trimestre, não obstante alguma recuperação da Alemanha e da Itália.

Outros grandes parceiros económicos do país, designadamente os EUA e o Reino Unido, apresentaram, igualmente, um desempenho pouco favorável, tendo as respectivas actividades económicas permanecido em desaceleração e contracção, desde o início do ano. O ritmo de crescimento da actividade económica nos EUA também abrandou no 2º trimestre (de 2% para 1,3% em termos anualizados), não obstante a recuperação no 3º trimestre, para níveis de Março.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, devido à redução da procura dos países avançados e à implementação de políticas económicas restritivas, para fazer face às limitações de capacidade produtiva e à deterioração da qualidade da carteira de activos dos bancos, o ritmo de crescimento económico enfraqueceu substancialmente, decrescendo de 9%, em finais de 2009, para 5%, no 2º trimestre de 2012, e continuou a moderado no 3º trimestre.

Nas economias avançadas o desemprego permaneceu elevado e com perfil ascendente. No entanto, as taxas de desemprego das economias emergentes e em desenvolvimento decresceram, em média, para níveis abaixo dos registados em 2007-2008.

Na Zona Euro, as condições de trabalho continuam a deteriora-se, tendo a taxa de desemprego aumentado para 11,4%, em Agosto (10,2% em período homólogo). Portugal, um dos principais países acolhedores da emigração cabo-verdiana, registou o crescimento mais acelerado na taxa de desemprego (de 12,7% em Agosto de 2011 para 15,9%).

As taxas de inflação das diversas regiões têm seguido uma tendência de estabilização ou de abrandamento relativamente ao ano anterior. Em particular, na Zona Euro, onde a capacidade produtiva disponível permanece elevada, a taxa de inflação mantém-se estável em 2,6%, desde Agosto, quando aumentou 0,2%.

15

Nas economias avançadas a política monetária permanece muito acomodatória. Na Europa, o Banco Central Europeu, que mantém a sua taxa de juro de referência em níveis historicamente baixos (0,75%) desde Julho, lançou, em inícios de Setembro, um novo programa para aquisição de títulos da dívida pública e alargou o *portfolio* de colaterais exigidos no financiamento aos bancos nacionais. Por seu turno, a 13 de Setembro, o *Federal Reserve* anunciou a aquisição adicional de 40 mil milhões de colaterais de hipoteca por mês, a manutenção da política de reinvestimento do principal dos empréstimos concedidos à banca e a manutenção do intervalo de variação da sua *policy rate* em 0-0,25%, até meados de 2015. Estas medidas deverão reduzir os juros de empréstimos de longo prazo, estimular o crescimento do sector residencial e melhorar as condições de financiamento da economia.

As economias emergentes têm adoptado medidas de afrouxamento monetário, para fazer face à desaceleração da actividade económica. Entre as maiores economias emergentes, Brasil foi o mais agressivo. Além de cortar a *policy rate*, flexibilizou os *targets* macro prudenciais para encorajar o crescimento do crédito.

Quanto à política cambial, em conformidade com as projecções do Banco Central Europeu, admite-se uma depreciação do euro em termos efectivos nominais em 5,2% e face ao dólar em 9,5%.

Quadro II - Principais Indicadores Economia Internacional - 2012 (P)

Indicadores Internacionais	Crescimento Real do PIB	Inflação	Balança Corrente	Desemprego
Economias Avançadas	1,3	1,9	-0,4	8,0
EUA	2,2	2,0	-3,1	8,2
Zona Euro	-0,4	2,3	1,1	11,2
Alemanha	0,9	2,2	5,4	5,2
França	0,1	1,9	-1,7	10,1
Portugal	-3,0	2,8	-2,9	15,5
Japão	2,2	0,0	1,6	4,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,3	6,1	-	-
Brasil	1,5	5,2	-2,6	6,0
Rússia	3,7	5,1	5,2	6,0
Índia	4,9	10,2	-3,8	-
China	7,8	3,0	2,3	4,1
África Sub- saariana	5,0	9,1	-3,2	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

1.1.2. Conjuntura Nacional

De acordo com o Banco de Cabo Verde, o crescimento da economia desacelerou para o intervalo 4%-5%, em 2012. O comportamento menos propício da actividade económica nacional é justificado, essencialmente, pelo enfraquecimento da actividade nos sectores da construção, da indústria e das pescas.

Os indicadores de tendência da actividade económica nacional apontaram para uma contracção da procura interna, desde meados do 2º trimestre, em resultado, da diminuição do rendimento disponível das famílias e de aumento de restrições financeiras (internas e externas). No entanto, a procura externa líquida registou uma evolução favorável, ao longo dos últimos 9 meses, auxiliada pela redução dos preços das mercadorias importadas e pelo robusto incremento das receitas do turismo.

Os preços no consumidor permaneceram com um perfil decrescente desde Fevereiro, impulsionado, sobretudo, pela forte redução da inflação importada (não obstante algum aumento do preço de petróleo e de cereais nos últimos dois meses) e pela redução da procura interna.

A inflação média anual, medida pelo índice de preços no consumidor, fixou-se nos 2,6%, em Setembro, baixando (0,2 pontos percentuais) pelo oitavo mês consecutivo. Por sua vez, a inflação homóloga, após alguns meses de considerável volatilidade, estabilizou em torno de 2,2%.

A inflação mensal acelerou em Setembro (+0,6%), reproduzindo o aumento sazonal dos preços de produtos alimentares frescos (produtos hortícolas e frutos).

Em linha de conta com a evolução da procura, as contas externas registaram uma significativa melhoria e as reservas externas passaram a garantir 3,8 meses das importações de bens e serviços em 2012. A redução das necessidades de financiamento da economia (mensuradas pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital) foi consequência da moderação do preço das mercadorias importadas e do forte crescimento das receitas brutas de turismo.

17

As remessas de emigrantes ostentaram uma tendência de desaceleração, ao longo dos primeiros nove meses do ano e os donativos registaram uma queda de 22%.

O Investimento Directo Estrangeiro registou, por sua vez, uma quebra substancial, em resultado do reembolso da dívida de empresas residentes junto aos investidores directos. Igualmente, os investimentos imobiliários apresentaram uma redução na ordem dos 43%, devido às restrições de financiamentos dos principais investidores no país.

A situação orçamental permaneceu desfavorável ao longo dos últimos meses, condicionada pela forte queda dos donativos e diminuição das receitas fiscais. A evolução pouco favorável das receitas, aliada à aceleração das despesas de investimento, contribuiu para o agravamento do défice orçamental, tendo atingido os 7,6% do PIB, em Agosto (um agravamento de 2,8% face ao período homólogo) e aumento do endividamento interno em 1.764 milhões de escudos.

Quadro III - Principais Indicadores Economia Cabo-verdiana

Indicadores Nacionais	Unidade	2012 (E)
Sector Real		
PIB real	Variação em %	4,0 - 5,0
IPC	Variação em %	2,0 - 3,0
Sector Monetário		
Activo Externo Líquido	Variação em %	6,0
Crédito à Economia	Variação em %	2,0
Massa Monetária	Variação em %	4,7
Sector Externo		
Défice Corrente e de Capital	Em % do PIB	10,6
Défice Corrente	Em % do PIB	11,3
RIL/Importações	Meses	3,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

18

1.1.3. Sector Financeiro

Há que salientar que a política monetária do Banco de Cabo Verde foi orientada no último ano e meio, para a finalidade de preservação de um nível de reservas externas, ajustado à defesa da credibilidade do regime cambial e da estabilidade macroeconómica. Os desenvolvimentos económicos e financeiros dos últimos seis meses são, em certa medida, consistentes com a transmissão, à economia real, de medidas implementadas, em particular no início do ano (aumento das taxas de reservas obrigatórias de 16% para 18% e das taxas de referência do Banco de Cabo Verde em 150 pontos base). Neste âmbito, as condições de financiamento da economia tornaram-se mais restritivas e o crédito à economia estagnou-se, afectando com maior severidade o financiamento das actividades do sector privado, e as taxas de juros efectivas dos empréstimos registaram um crescimento médio de 0,37 pontos percentuais.

O agregado monetário M2 cresceu 2,4% em Setembro em termos homólogos (+3,6% em Dezembro de 2011), face à queda do crédito líquido ao sector público administrativo contratado directamente junto ao sector bancário (-10,1%) e ao forte abrandamento do crédito à economia (de 11,8% em Dezembro de 2011 para 2,9%).

As reservas internacionais líquidas do país observaram um incremento de 27,9% em termos homólogos, em Setembro e de 12,3%, face a Dezembro de 2011, estimuladas por condições

monetárias mais restritivas, pela redução de preços das mercadorias importadas, pelo aumento das exportações de serviços e pelo endividamento externo dos bancos.

A massa monetária em sentido estrito (M1), que assinala a evolução da procura de moeda para transacções, ostentou, desde o início do ano, um perfil globalmente descendente, tendo decrescido 6,6% em termos homólogos, em Setembro, em consequência da redução da moeda em circulação (-4,6%) e dos depósitos à ordem (-7%). Por outro lado, os depósitos remunerados cresceram 10,1%, devido ao aumento dos depósitos a prazo de residentes em moeda nacional (10,1%) e dos depósitos de emigrantes (9,2%).

19

A evolução dos passivos monetários e quase monetários sugere alguma redução da confiança de consumidores e empresários na economia.

O comportamento do crédito à economia traduz critérios mais restritivos na aprovação das propostas submetidas aos bancos, em consequência, por um lado, da política monetária em vigor e de uma avaliação mais criteriosa, por parte dos bancos, dos riscos de crédito e de liquidez e por outro lado, alguma aversão ao risco macroeconómico e aumento do crédito mal parado.

1.2 Principais Aspectos Institucionais

Em termos de estrutura accionista da instituição, em 31 de Dezembro 2012, o seu Capital Social estava distribuído conforme evidenciado no quadro abaixo, ilustrando ligeira alteração em relação a 2011:

Quadro V – Estrutura Accionista

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%
Impar - Companhia Cabo-verdiana de Seguros	168.032	12,1%
Outros Subscritores e Trabalhadores	183.357	13,2%
Total	1.392.000	100,00%

A cotação das acções manteve-se estável, no segundo semestre, tendo fechado 2012 a registar 2.700\$00 por cada acção, contra os 2.900\$00 de 2011.

Com 84 anos de existência, em 2012, último ano do Plano Estratégico 2009-2012, a Caixa comemorou mais dois marcos históricos na sua jornada, que começou em 1928.

Primeiro, no dia 12 de Junho, ao receber os certificados emitidos pela entidade certificadora Bureau Veritas, referentes aos Sistemas de Gestão de Segurança de Informação e Gestão da Qualidade, segundo as normas ISO 27001 e ISO 9001. Este feito torna-se muito maior ainda se olharmos para o facto de a Caixa ser o primeiro banco em Cabo Verde a obter as duas certificações e o 2º em toda CPLP e 4º em África no que respeita ao ISO 27001.

20

Com essas certificações, mais os outros resultados alcançados nos últimos anos, a Caixa está a transformar-se no melhor banco universal cabo-verdiano.

Contudo, temos a perfeita consciência que o maior desafio está pela frente, que é o desafio da manutenção dos certificados. Mas acreditamos que, com dedicação e profissionalismo, saberemos responder com sucesso a esse novo desafio.

O outro momento vivido com muita emoção foi a inauguração da nova sede, no dia 30 de Novembro, onde, pela primeira vez, os trabalhadores, na sua maioria, encontraram-se num único espaço. O edifício da nova sede passou a constituir uma referência na malha urbana da cidade da Praia, e que, acreditamos, proporcionará uma nova e distinta notoriedade à Caixa, acrescentando algo mais à ligação muito especial que desde 1928 existe entre a Caixa e Cabo Verde e à relação inigualável que a Caixa mantém com os cabo-verdianos e com os amigos de Cabo Verde.

A par dessas grandes realizações a Caixa foi distinguida pela The Banker (Financial Times Grupo) como o banco mais forte e estável em 2012 em Cabo Verde, ocupando o lugar nº um no ranking nacional, mas também foi galardoada com o prémio de melhor banco em Cabo Verde pela **World Finance** (com sede em Londres) e, ainda, foi nomeada para o melhor banco em cabo verde e em África pela Capital Finance International (com sede em Londres).

A Caixa é parte integrante da história de Cabo Verde e é, dentro do sistema financeiro nacional, expressão institucional do melhor dos valores cabo-verdianos. A CAIXA é hoje, também, um projecto de envergadura que afirma a capacidade e competência dos cabo-verdianos e que, nessa medida, se identifica com a singular história de sucesso que tem sido a construção do País.

2. Síntese da Actividade

Devido o acentuar da crise financeira, o ano de 2012 ficou marcado por uma quebra da actividade financeira da Caixa. Em termos de negócio, crédito vencido e resultados líquidos, o desempenho foi aquém do previsto. Registou-se uma redução da carteira de Crédito Normal e Total.



Num contexto de forte concorrência, apostando na melhoria constante dos serviços que oferece, a Caixa tem procurado e tem conseguido fidelizar os seus clientes, ganhar novos negócios e aproveitar novas oportunidades. Neste sentido, conseguiu aumentar o seu nº de Clientes face ao exercício de 2011, totalizando, em Dezembro último, 244.432 clientes, mais 6,6% (15.160) que o período homólogo.

No que concerne à rede comercial, a Caixa, com a inauguração da nova Sede, abriu mais uma agência, totalizando 30 ao nível Nacional. Igualmente, atenção especial está dada ao atendimento com aposta na segmentação de clientes - Emigrantes, Private Banking, criando atendimentos personalizados.

21

Apesar do impacto negativo da crise, as agências, de modo geral, conseguiram atingir um desempenho satisfatório, ao nível dos depósitos. Os Depósitos de Clientes e outras Instituições de Crédito (IC's), excluídos os Títulos e Juros, alcançaram 34.966.233 mil escudos (4.268.742 mil escudos acima do montante registado em 2011). O Crédito Bruto a Clientes, exceptuando os Títulos, Juros e Despesas, atingiu, por seu turno, os 27.574.018 mil escudos, correspondendo a um decréscimo de 4,59% (-1.325.426 mil escudos), em relação ao mesmo período de 2011.

O Activo Líquido totalizou 44.980.802 mil escudos em Dezembro de 2012, assinalando um crescimento de 6,87% (2.890.251 mil escudos), face à igual data do ano anterior, explicado maioritariamente pelos Depósitos e Aplicações em Instituições de Crédito, que registaram um aumento de 354,7% (4.860.598 mil escudos). Embora menos significativo, os Activos Tangíveis Líquidos, também, contribuíram com um incremento de 748.991 mil escudos (43,37%), em grande medida explicado pelas obras da sede. O Passivo expandiu 2.980.386 mil escudos (7,73), situando-se nos 41.521.279 mil escudos em Dezembro de 2012. Esta variação deveu-se, essencialmente, aos Recursos de Clientes, que somaram 3.972.018 mil escudos (+11,05%). Por sua vez, os Recursos de Instituições de Crédito diminuíram em 40,94% (-854.455 mil escudos).

O Resultado Líquido do Exercício, que, em Dezembro de 2011, tinha registado 432.678 mil escudos, atingiu em Dezembro de 2012 os 118.664 mil escudos, demonstrando um decréscimo de 72,57%. Consequentemente, a Rendibilidade do Activo (ROA), indicador da eficácia da instituição, passou de 1,10 %, em 2011, para 0,27%, em 2012. Por sua vez, a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) também degradou comparativamente ao ano anterior, passando de 12,59% para 3,39%.

A Caixa, desde o aumento do seu capital social, em Dezembro de 2009, mantém estável o nível dos rácios prudenciais, sendo de destacar o Rácio de Solvabilidade, que registou em Dezembro de 2012 os 13,59%, quando o mínimo estabelecido é 10%. Por sua vez, o Limite de Concentração de Riscos alcançou 839.728 contos.

No que concerne à cobertura dos Créditos Vencidos por Imparidade, a mesma registou um decréscimo, relativamente ao período homólogo, tendo passado de 53,5%, em Dezembro de 2011, para os 49,7%, em Dezembro de 2012.

22

A qualidade da carteira de crédito medida pelo rácio de Crédito Vencido observou uma deterioração em relação a 2011, tendo passado de 13,17% para 17,11%, em 2012. Igualmente, se analisarmos o Indicador de Qualidade de Crédito em Incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total), em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, constata-se uma degradação do indicador, passando de 4,48% em 2011 para 6,35% em 2012.

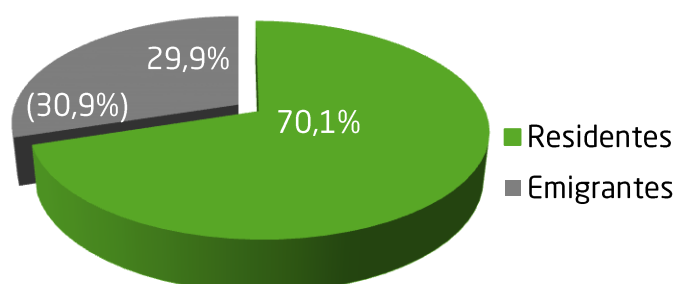
3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais (Depósitos de Clientes, Instituições Financeiras e Títulos), que em 2011 acumularam os 35.556.720 mil escudos, registaram um acréscimo de 3.875.242 mil escudos (10,9%), alcançando um total de 39.431.963 mil escudos.

Do total registado em 2012, o Depósito dos Residentes representaram 70,1% e o dos Emigrantes, 29,9%.

Gráfico I – Depósitos Emigrantes e Residentes 2012



Os valores entre parênteses referem-se ao ano de 2011



Solidez combina comigo

Os Depósitos de Residentes, incluindo os Títulos, que em 2011 somavam 24.562.870 mil escudos, atingiram os 27.650.899 mil escudos, apresentando um crescimento de 3.088.029 mil escudos (12,6%). Aqui, há que destacar o decréscimo ocorrido nos Bilhetes de Tesouro, no valor de 393.500 mil escudos (-8,1%), tendo passado de 4.859.230 mil escudos, em 2011, para 4.465.730 mil escudos, em 2012. Por sua vez, os Depósitos à Ordem registaram um acréscimo no valor de 1.977.290 mil escudos (19,3%), passando de 10.262.058 mil escudos, em 2011, para 12.239.348 mil escudos, em 2012. Igualmente, os Depósitos a Prazo aumentaram 1.504.239 mil escudos (15,9%), passando de 9.441.582 mil escudos, em 2011, para 10.945.821 mil escudos, em 2012.

23

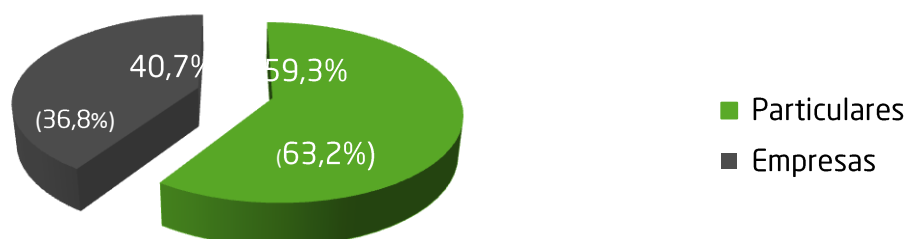
Os Depósitos de Emigrantes assinalaram um incremento de 787.213 mil escudos (7,2%) relativamente a 2011, tendo passado de 10.993.851 mil escudos para 11.781.064 mil escudos. Esse crescimento reflecte, em certa medida, a estratégia que a CAIXA tem vindo a desenvolver com o intuito de se aproximar mais dos emigrantes, nomeadamente, mediante a realização de encontros com a diáspora cabo-verdiana nos países de acolhimento. Neste segmento, os Depósitos a Prazo verificaram um acréscimo de 6,1% (556.191 mil escudos), enquanto os Depósitos à Ordem registaram um incremento de 12,2% (231.022 mil escudos).

Quadro VI - Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (em Contos)

Designação	31-Dez-11		31-Dez-12		Crescimento 2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	24.562.870	69,1%	27.650.899	70,1%	3.088.029	12,6%
Depósito à Ordem	10.262.058	41,8%	12.239.348	44,3%	1.977.290	19,3%
Depósito a Prazo	9.441.582	38,4%	10.945.821	39,6%	1.504.239	15,9%
Bilhetes Tesouro	4.859.230	19,8%	4.465.730	16,15%	-393.500	-8,1%
Emigrantes	10.993.851	30,9%	11.781.064	29,9%	787.213	7,2%
Depósito à Ordem	1.895.788	17,2%	2.126.810	18,1%	231.022	12,2%
Depósito a Prazo	9.098.062	82,8%	9.654.254	81,9%	556.191	6,1%
Depósitos Totais	35.556.720	100,0%	39.431.963	100,0%	3.875.242	10,9%

Dissecando os Depósitos incluindo Títulos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total (59,3%), apesar de ligeiramente inferior ao que detinham em 2011 (63,2%). As Empresas, em contrapartida, verificaram um importante acréscimo na sua quota-parte, passando de 36,8% para 40,7% do total.

Gráfico II – Depósitos por tipo de Cliente



24

Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2011

Os Depósitos dos Particulares passaram de 22.470.677 contos, em 2011, para 23.372.509 mil escudos, em 2012, exibindo um crescimento de 901.833 mil escudos (4,01%). Os Depósitos das Empresas, por seu lado, verificaram um aumento relevante, tendo passado de 13.086.044 mil escudos, em 2011, para 16.059.453 mil escudos, em 2012, claramente explicado pelo esforço empreendido, na captação de recursos, junto às Empresas.

Quadro VII - Depósitos das Empresas e dos Particulares

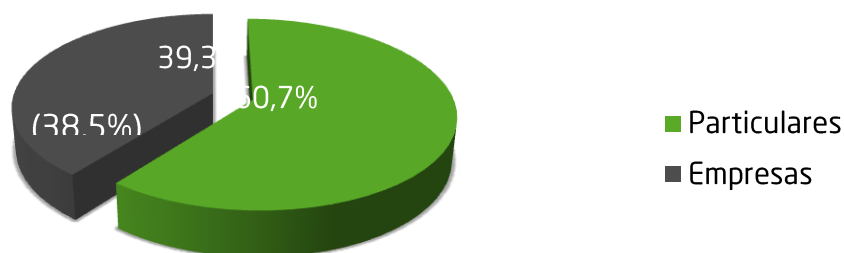
Depósitos	31-Dez-11		31-Dez-12		Crescimento 2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	22.470.677	63,2%	23.372.509	59,3%	901.833	4,01%
Empresas	13.086.044	36,8%	16.059.453	40,7%	2.973.409	22,72%
Total	35.556.720	100,0%	39.431.962	100,0%	3.875.242	10,90%

3.2. Créditos

No que respeita ao Crédito, conforme referido, a CAIXA assinalou uma retracção em 2012. O Crédito Bruto (excluindo os Títulos do Tesouro, os juros e as despesas de crédito vencido), que em 2011 tinha registado o total de 30.439.274 mil contos, compreendeu os 28.936.930 contos em 2012, ou seja, um decréscimo de 1.502.343 mil escudos (-4,94%), em consequência das medidas restritivas adoptadas para minimizar os impactos da crise.

O Crédito às Empresas, incluindo as obrigações das empresas, representou em 2012 39,3% da Carteira de Crédito, contra 38,5% verificado em 2011, e o Crédito a Particulares representou 60,7% do total, contra 61,5% conseguidos em 2011.

Gráfico III – Crédito a Empresas e Particulares



25

Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2011

O Crédito às Empresas diminuiu 2,84% (332.979 mil escudos), quando em 2011 tinha alcançado um aumento de 11,47% (1.205.049 mil escudos). Passou de 11.711.601 mil escudos em 2011, para 11.378.621 mil escudos em 2012. Tal diminuição justifica-se pela retracção de 16,57% (494.536 mil escudos) ocorrido no Crédito à Tesouraria. O Crédito ao Investimento manteve-se estável, com um ligeiro aumento de 1,85% (161.557 mil escudos).

No que concerne ao Crédito a Particulares, registou um decréscimo, que atingiu 6,24% (-1.169.364 mil escudos), quando em 2011 tinha evoluído positivamente 7,33%. Passou de 18.727.673 mil escudos em 2011, para 17.558.309 mil escudos em 2012. O Crédito Habitação cresceu 4,79% (505.419 mil escudos), atingindo os 11.049.209 mil escudos, enquanto o Crédito para Outros Fins observou uma forte retracção, de -20,46% (-1.674.782 mil escudos), chegando aos 6.509.101 mil escudos.

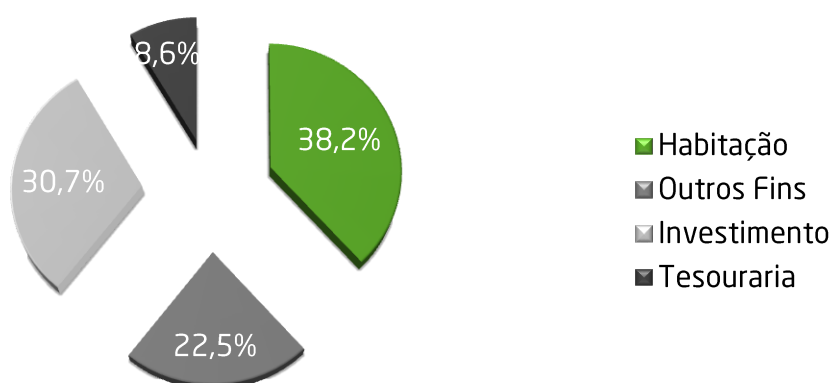
Quadro VIII - Crédito das Empresas e dos Particulares (Contos)

Créditos	31-Dez-11		31-Dez-12		Crescimento 2012		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Particulares	18.727.673	61,5%	17.558.309	60,7%	-1.169.364	-6,24%	60,7%
Habitação	10.543.790	56,3%	11.049.209	62,9%	505.419	4,79%	38,2%
Outros Fins	8.183.883	43,7%	6.509.101	37,1%	-1.674.782	-20,46%	22,5%
Empresas	11.711.601	38,5%	11.378.621	39,3%	-332.979	-2,84%	39,3%
Investimento	8.727.852	74,5%	8.889.409	78,1%	161.557	1,85%	30,7%
Tesouraria	2.983.749	25,5%	2.489.213	21,9%	-494.536	-16,57%	8,6%
Total Créditos	30.439.274	100,0%	28.936.930	100,0%	-1.502.343	-4,94%	100,0%

O Crédito à Habitação continua a deter o maior peso na carteira de crédito da CAIXA em 2012, com 38,2%, posicionando-se um pouco acima do nível do verificado em 2011, que foi de 34,6%. Segue-se o Crédito ao Investimento, com uma quota de 30,7%, contra os 28,7% detidos em 2011. O Crédito Outros Fins apresentou um peso de 22,5%, contra 26,9% detidos em 2011. O Crédito à Tesouraria, por sua vez, apresentou um peso de 8,6%, menos 1,2% que o detido em 2011.

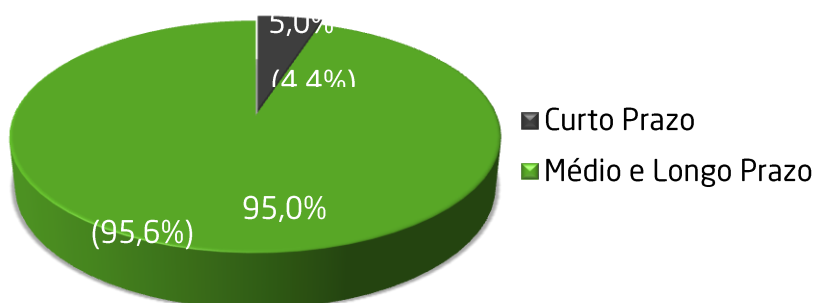
O Crédito à Habitação cresceu a uma taxa de 4,79% em 2012, inferior aos 10,76% registados em 2011, em virtude do arrefecimento do mercado interno.

Gráfico IV – Crédito por finalidade - 2012



Abarcando a análise à distribuição do crédito em situação normal por maturidade, constatamos que o crédito de médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) representou 95,0% do total, em 2012, contra os 95,6% detidos no final de 2011, enquanto o crédito normal de curto prazo passou de 4,4% do total, em 2011, para 5,0%, em 2012.

Gráfico V – Crédito Normal por Prazo - 2012



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2011

Em Dezembro de 2012, o Crédito de Curto Prazo acumulou 1.458.566 mil escudos, demonstrando um acréscimo de 198.238 mil escudos (15,73%) relativamente a Dezembro de 2011, onde tinha totalizado 1.260.328 contos. O Crédito de Médio e Longo Prazo registou, igualmente em 2012, 27.478.365 mil escudos, exibindo um decréscimo de 1.700.582 mil escudos (-5,83%) comparativamente a Dezembro de 2011, onde tinha registado os 29.178.947 mil escudos.

3.3. Crédito e Juros Vencidos

27

Em Dezembro de 2012, o valor do Crédito e Juros Vencidos (excluindo as despesas de crédito vencido) registou 4.719.126 mil escudos, contra os 3.806.416 contos de 2011, i.e., um acréscimo de 23,98%, justificado pelo aumento de 48,56% no segmento empresas e de 11,81% no segmento particulares.

O segmento de particulares registou um rácio de crédito vencido de 16,21%, enquanto o segmento das empresas alcançou um rácio de 18,69%.

O rácio de malparado ou de crédito vencido (Crédito Vencido/Crédito Total) passou de 13,17%, em Dezembro de 2011, para 17,11%, em Dezembro de 2012, evidenciando uma acentuada degradação (de 3,94%). Por sua vez, o indicador de avaliação da qualidade da carteira de crédito em incumprimento (Crédito em Incumprimento/Crédito Total), que no final de 2011 era de 4,48%, passou para 6,35% em Dezembro de 2012.

O rácio de Imparidade para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou uma redução de 3,81 pontos percentuais, tendo passado de 53,49% para 49,68%, espelhando uma degradação na qualidade da carteira de crédito.

3.4. Actividades Financeiras

Foi num ambiente adverso, provocado pela crise da dívida soberana da Zona Euro e pela crise financeira mundial, e no quadro das orientações estratégicas, que a actividade financeira da CAIXA foi, durante o exercício de 2012, desenvolvida dentro dos parâmetros definidos pela Administração da instituição, assegurando o equilíbrio financeiro do balanço, procurando diversificar o

financiamento, reforçar o peso e a estabilidade do *funding* de médio e longo prazo e mitigar o *mismatch* activo/passivo.

O ano de 2012 foi marcado pelas alterações efectuadas pelo BCV nas taxas directoras, com incidência nas disponibilidades mínimas de caixa (DMC), que condicionaram a actividade dos bancos, pela aprovação do novo código de valores mobiliários e pela actualização dos procedimentos da Bolsa de Valores.

O novo código de valores mobiliários que, entre outros aspectos, reformula o regime de ofertas públicas, melhora a prestação da informação sobre os valores mobiliários e respectivos emitentes e redefine as regras sobre a informação e transparência nomeadamente relativas à prevenção.

O mercado primário do segmento accionista continua pouco activo enquanto o segmento obrigacionista registou em 2012, para além das emissões dos títulos do tesouro, três emissões de obrigações Corporate (ASA, ELECTRA e TECNICIL Imobiliária). Relativamente ao mercado secundário durante o ano 2012, foram transaccionados no segmento accionista e obrigacionista (Corporate), títulos no total de 181.097.143 milhões de CVE contra 737.894.416 milhões de CVE em 2011. Destes 6,02% em 2012 e 8,11% em 2011 o foram através da Caixa Económica.

A gestão da liquidez tem sido feita na conjugação das oportunidades quer do mercado doméstico quer do internacional. Os objectivos continuam sendo a manutenção da capacidade da Caixa em obter fundos e fazer aplicações em melhores condições, solver os seus compromissos e manter controlados os riscos associados, condições imprescindíveis para a consolidação da situação financeira da instituição.

Para a materialização da gestão da liquidez continuou-se a fazer uso dos instrumentos do Mercado Monetário Interbancário como as permutas, cedências e tomadas de fundos com outras instituições, e dos do Mercado de Operações de Intervenção caso dos títulos de Regularização Monetária e Títulos de Intervenção Monetária.

O Banco Central, para manter a estabilidade do sistema financeiro nacional e do sistema cambial, continuou, no âmbito da gestão da política monetária, adoptando medidas preventivas com consequências no desempenho do sistema bancário. Assim após alargar a base de incidência da DMC em 2011, o BCV decidiu, com entrada em vigor a Janeiro 2012, aumentar o coeficiente das

DMC de 16% para 18%, aumentar as taxas directoras e limitar o acesso dos bancos às operações de cedência de liquidez no âmbito das facilidades permanentes de liquidez.

Em consequência, o sistema bancário teve de adoptar medidas para colmatar as insuficiências nas DMC e reforçar a liquidez, sendo de destacar, para além do recurso imediato ao mercado monetário interbancário, uma política de marketing mais agressiva para incremento de depósitos e políticas restritivas de concessão de crédito. Destaca-se ainda uma gestão mais dinâmica das disponibilidades nas agências e nos correspondentes.

29

Com efeito optou-se por manter um nível baixo de saldos médios das contas abertas nos correspondentes e reduzir as disponibilidades nas agências.

Estas opções levaram em consideração a pouca atractividade das taxas de juro no exterior, a possibilidade das agências poderem levantar fundos directamente e com maior celeridade nas respectivas ilhas com a descentralização do serviço de depósitos e levantamentos do BCV, e a necessidade de rentabilizar as disponibilidades.

A Caixa terminou o ano de 2012 apresentando uma situação confortável de liquidez, tendo os recursos de clientes crescido 11,1% face a Dezembro de 2011, enquanto a carteira de crédito bruto diminuiu 5,7%. Em consequência, registou-se uma melhoria no rácio de transformação de recursos de clientes em créditos.

4. Outras Actividades

4.1. Recursos Humanos

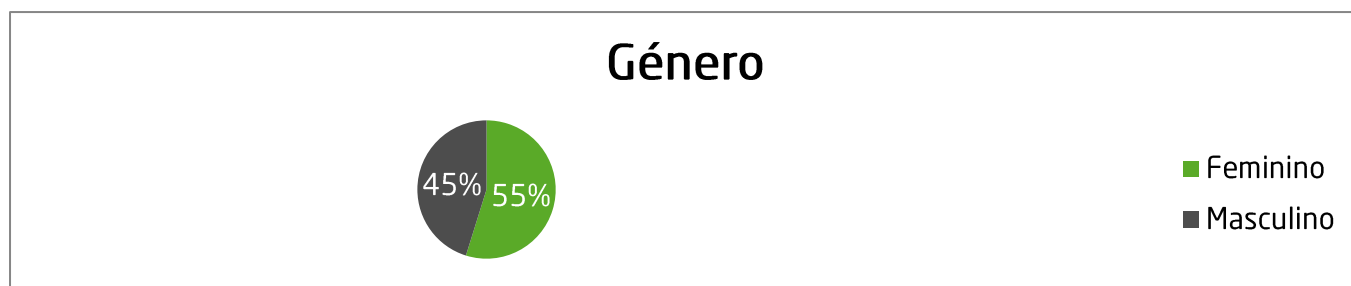
No quadro das orientações estratégicas de “Ser o melhor banco universal”, a Caixa continuou a focalizar a sua atenção na realização dos objectivos prioritários para garantir que a política de qualidade se manifeste no quotidiano das relações com o Cliente, por via de valorização do seu principal activo, que são os recursos humanos.

É consensual de que a materialização da Visão e a realização dos objectivos dependem do empenho e dedicação de cada colaborador.

4.1.1. Caracterização dos efectivos

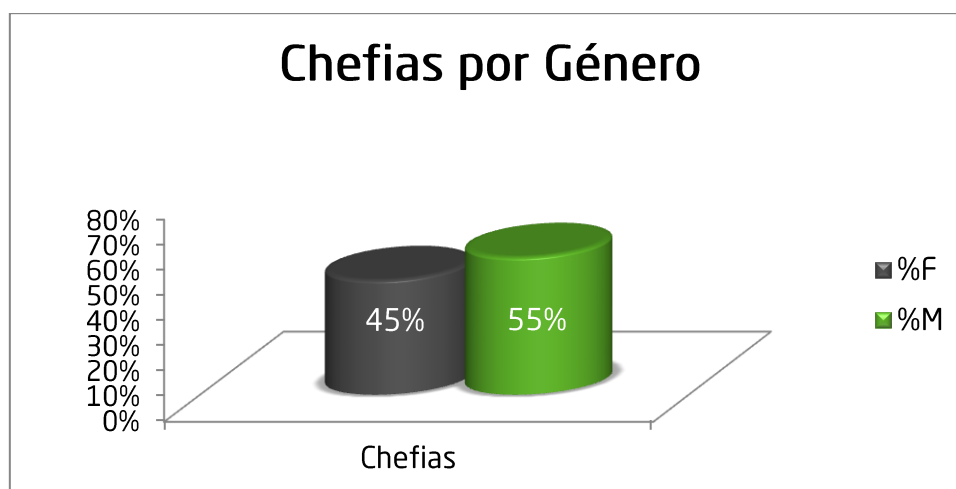
No final de 2012, a CAIXA possuía um quadro de pessoal composto por 301 Colaboradores, sendo que 79% (239) eram efectivos, 18% (54) com contratos a prazo e 3% (8) encontravam-se em situação de licença sem vencimento.

Analisando os efectivos por género, em 2012, 55% dos colaboradores eram do sexo feminino e 45% do sexo masculino. A média de idade dos trabalhadores situava-se nos 38 anos.



30

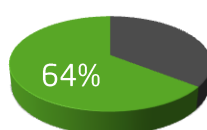
Em termos de composição das chefias, por género constatamos que as percentagens invertem-se, como atesta o seguinte quadro:



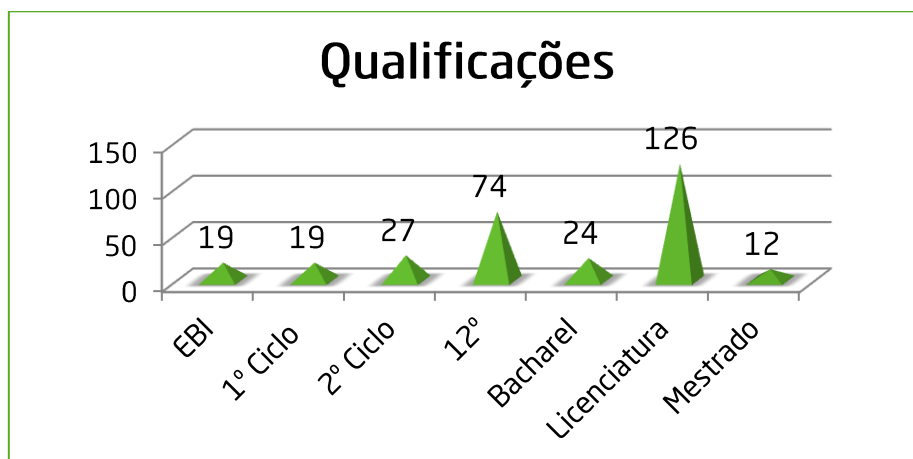
Na Caixa, parte significativa dos recursos humanos (64%) estão afectos à área comercial.

Colaboradores por Estrutura Orgânica

■ Serviços Centrais ■ Agências



No que concerne às qualificações, 54% dos Colaboradores possuem habilitações que conferem grau de Técnico Superior.



Tal resultado reflecte a política estratégica da CAIXA alinhada com a opção de **valorização das pessoas**, que se traduz na prática no apoio ao ensino, promoção do conhecimento e cultura do mérito.

4.1.2. Formação e desenvolvimento

No domínio da formação e desenvolvimento, os programas foram concebidos em alinhamento com as prioridades estratégicas, atendendo às necessidades específicas face aos desafios decorrentes da actual conjuntura. Num mercado cada vez mais competitivo, em que a CAIXA assumiu a QUALIDADE como uma prioridade estratégica, a componente formação na área de atendimento mereceu uma especial atenção, em alinhamento com o processo de certificação da qualidade, tendo 130 colaboradores da área comercial de todas as ilhas participado na acção de formação em Qualidade no atendimento.

Por outro lado, merece também destaque especial a formação em recuperação de crédito que contou com a presença de 51 participantes da área comercial.

O reforço de competências foi transversal cobrindo tanto as necessidades da área comercial como as de suporte ao negócio, conforme se atesta nos quadros seguintes:

Quadro IX - Formação No Estrangeiro

Formações no Estrangeiro	Nº de Participantes
Governmental Action Group against Money Laundering	1
Smart Cards	1

Quadro X - Formação Interna

Formações Internas	Nº de Participantes
Formação Acolhimento e Integração	1
Área Jurídica	47
Western Union	3

32

Quadro XI - Formação Externa

Formações Externas no País	Nº de Participantes
Configuring and Troubleshooting a Windows Server 2008 Network Infrastructure	6
ICND 1 e 2	6
Configuring and Troubleshooting Windows Server 2008 Active Directory Domain Services	6
Configuring and Troubleshooting Identity and Access Solutions with Windows Server 2008 Active Directory	6
Planning for Windows Server 2008 Servers	6
Impostos Diferidos	2
Qualidade no atendimento	130
Estratégia de Recuperação do Crédito vencido	51
Segurança da infra-estrutura tecnológica, método On-the-Job" (baseada na norma ISO/IEC 27001)	6
Promoção do Comércio e Investimentos	2
Sifox Portal e S.A.A	3
Avaliação Imobiliária	2
Boas Práticas na Banca nos EUA	32
Princípio da Gestão de Risco	3

Volume de Formação

Em 2012 foram realizados 19 acções de formação, abrangendo um universo de 314 colaboradores, e perfazendo um volume de formação de 20.612,50 horas.

4.1.3. Mobilidade de pessoal

De Janeiro a Dezembro de 2012, foi admitido um total de 24 Colaboradores, sendo que 19 desses Colaboradores (serventes e guardas) encontravam-se na modalidade de contrato *prestação de serviço*. No entanto, seis colaboradores entraram de licença sem vencimento, dos quais, quatro de longa duração, e a Caixa deixou de contar com dois colaboradores.

33

4.1.4. Benefícios Sociais

A Caixa idealiza a realização profissional de cada colaborador. Para tal, disponibiliza um conjunto de benefícios aos seus trabalhadores, nomeadamente, sob a forma de linhas de crédito, incentivando, desta forma, a melhoria do seu bem-estar, o desenvolvimento de capacidades, a possibilidade de evolução na carreira, em síntese, valorizando a aquisição de competências essenciais ao colaborador, à instituição e à comunidade em geral.

Em 2012 foi actualizado o subsídio de alimentação, de 150\$00 para 250\$00 e os trabalhadores passaram a contar com um subsídio de Ginástica, com vista a fomentar a prática da actividade desportiva, e em consequência o bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores.

A Caixa disponibiliza, igualmente, linhas especiais de crédito aos trabalhadores para permitir o acesso dos filhos ao ensino superior – Credibolsa.

4.2. Gestão de Riscos

A Caixa, no âmbito da sua actividade, está sujeita a diferentes tipos de riscos, tais como, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, pelo que cabe à gestão de risco a sua identificação e análise da exposição, bem como, adopção de estratégias de controlo, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos.

Sendo 2012 um ano marcado pela agudização da crise económica e financeira na Europa, com reflexos bastante negativos na economia mundial, provocando grande instabilidade social e uma incerteza sem precedentes nos mercados financeiros internacionais, traduziu-se numa evolução

recessiva dos mercados, originando um aumento dos níveis de riscos, e que se pode repercutir no agravamento do incumprimento.

Nesse quadro, e face à necessidade de um melhor acompanhamento da qualidade do crédito, o BCV aprovou um novo indicador de referência, com a emissão da Circular “A” nº166 de 02/11/2012, com o objectivo de, entre outros, avaliar trimestralmente o rácio de Crédito em Risco. Ainda, para o acompanhamento do crédito, o BCV, introduziu, em Novembro, outro modelo de reporte de informações que agrega o Crédito por Sectores de Actividade, segregado entre normal e vencido. Inclui, ainda, informações complementares para o teste de stress.

34

Paralelamente, mensalmente, a DGR procede à avaliação das imparidades, do qual resulta um relatório das análises e conclusões efectuadas. A identificação dos indícios de imparidade é feita numa base individual, quando a exposição é individualmente significativa, e numa base colectiva, quando a exposição não é individualmente relevante.

Ao nível dos riscos de Liquidez e Taxa de Juro, com aprovação em 2011, pelo BCV, dos respectivos regulamentos de avaliação, a Caixa iniciou o processo de definição de uma metodologia que, suportada numa ferramenta informática, permite alcançar os objectivos desejados, ou seja, disponibilizar uma informação rigorosa, detalhada, permanente e tempestiva sobre os níveis de Liquidez e Taxa de Juro. A implementação foi aperfeiçoada e concluída em 2012, com a republicação do regulamento relativo ao Risco de Liquidez. A avaliação conseguida e disponibilizada permite-nos concluir que a Caixa terminou o ano de 2012 com uma situação confortável em termos de liquidez.

Relativamente ao Risco Cambial a análise é feita, sobre a posição global em divisas, em conformidade com a Lei nº 3/IV/96 de 1 de Julho e com o Decreto-lei nº 12/2005 de 7 Fevereiro.

A boa gestão do risco Compliance, nas suas diversas vertentes, tem sido também uma das prioridades da CAIXA, prova disso é a implementação, em 2012, do sistema para gestão de lavagem de capitais.

4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos

2012 foi considerado um ano de consolidação de muitos dos Projectos iniciados em anos anteriores, destacando a Auditoria de Segurança dos sistemas de Informação (baseado na norma ISO/IEC 27001:2005) e a implementação das recomendações resultantes da mesma.

Da realização dessa Auditoria, que foi precedido de um longo processo de preparação, o Sistema de Gestão de Informação da Caixa foi considerado em conformidade com os requisitos do sistema de gestão padrão internacional, e valeu a Caixa a certificação em Segurança de Sistemas de Informação segundo ISO 27001.

35

Outro projecto de grande envergadura foi a mudança para a Nova Sede, com especial enfoque para a migração do Data - Center.

Outras actividades foram desenvolvidas durante o ano de 2012, com destaque para os desenvolvimentos complementares na aplicação Banka, a entrada em produção definitiva da TEF - Transferência Electrónica de Fundos, após o período de teste que se iniciou em 2010, onde todas as transferências interbancárias passaram a ter formato electrónico, a entrada em produção do novo site da CAIXA e a versão 3G da CAIXAnet com a nova imagem e novas funcionalidades, com principal destaque para o carregamento de telemóveis e pagamento de serviços, enquadradas no Projecto Host to Host BCV/SISP. Foi implementado, em teste, o Visa Electron com um Módulo de Cartões que permite a gestão das autorizações.

Em 2012, foi implementada a ferramenta Argus, que consiste num sistema para gestão de lavagem de capitais, cujo principal objectivo é detectar comportamentos que possam indiciar comportamentos associados à lavagem de capitais, mediante automatização do processo de recolha e tratamento das informações, políticas de Know Your Customer (KYC) e monitorização de todas as operações do banco, permitindo identificar as operações suspeitas e sua comunicação atempada às autoridades.

Igualmente, para um controlo efectivo dos utilizadores inibidos de uso de cheques, foi desenvolvida uma ferramenta para gestão de cheques devolvidos cuja fase de testes aconteceu em 2012. Esta aplicação permite fazer acompanhamento pró-activo dos cheques devolvidos através da

automatização de processos de recolha e tratamento de toda a informação necessária ao controlo de cheques devolvidos.

Outras actividades também foram desenvolvidas nomeadamente, upgrade, substituição e reconfiguração de alguns equipamentos de Comunicação das Agências e Serviços Centrais, contemplados na 2ª fase do projecto TIP iniciado em 2011.

4.4. Organização e Qualidade

36

Enquadrado na visão estratégica de transformar a Caixa no melhor banco universal de Cabo Verde, 2012 foi marcado pela conclusão, com sucesso, de vários projectos, designadamente, a Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade segundo a ISO 9001, traduzindo-se numa abordagem diferente o Sistema de Gestão, com ganhos evidentes em relação à implementação do princípio de melhoria contínua, gestão por processos, focalização no cliente, entre outros.

Para o efeito, várias iniciativas foram desenvolvidas, com enfoque para:

- Recolha e análise dos dados de indicadores do desempenho dos processos;
- Controlo de documentos e registos Internos/Externos
- Acompanhamento da implementação e avaliação da eficácia das acções de melhorias (preventivas/correctivas) empreendidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, visando a melhoria contínua dos processos internos e focalização no cliente. Neste, a Caixa tem dirigido uma atenção especial às Reclamações de Clientes com intuito de melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Outro feito conseguido, no âmbito dos objectivos estratégicos, foi a conclusão do Projecto Segurança de Sistemas de Informação - com a certificação segundo ISO 27001.

Igualmente, a implementação dos projectos - Gestão de AML e Gestão de Cheque - vão contribuir para melhoria dos processos internos ao facilitar o cumprimento das normas existentes.

4.5. Instalações

A inauguração da Nova Sede Nacional da CAIXA, no mês de Novembro, tornou-se num marco histórico para a instituição e para os clientes, que passaram a contar com uma infra-estrutura de última geração. Neste momento a sede da caixa conta com um sistema moderno de monitorização



de todos os sistemas críticos, começando pelo Datacenter, ar condicionado, gerador e depósito de água.

Com a inauguração da Nova Sede, a CAIXA passou a abarcar mais uma Agência, dando seguimento à sua política de proximidade e melhoria da satisfação dos clientes. A CAIXA Empresa passou a contar com um melhor espaço e melhores condições de trabalho, onde irá dispor de segmentos de atendimento personalizado: Emigrante e Private Banking.

4.6. Marketing

Das principais actividades desenvolvidas destacamos a continuação do projecto “Uma só Caixa”, nomeadamente a implementação de novos uniformes, refrescamento das Agências do Maio e São Filipe e uniformização da imagem interna, nomeadamente, formulários, fundo dos PC’s e e-mail corporativo e comunicação externa.

Mais acções foram preconizadas ao longo do ano, como, lançamento do novo serviço “Caixa taxiPay”, inauguração da Sede da CAIXA e aberturas de novas Agências, CAIXA Empresas e Agência da Sede, oportunidades para divulgação da nova imagem corporativa.

Também, com o objectivo de fortalecer a nova imagem e o posicionamento da marca Caixa, foram feitas comunicações nos principais meios com projecção nacional e internacional, dos acontecimentos ao nível Institucional que tiveram lugar durante o ano, e continuou-se a utilizar os novos meios e suportes publicitários, nomeadamente, táxis, aeroportos, aviões, etc.

Dado ao actual contexto competitivo, os principais investimentos em inovação foram direccionados para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, com objectivo não só com a captação de novos clientes, mas também na fidelização da base actual de clientes, reforçando as funcionalidades e a qualidade dos serviços prestados. É o caso do novo serviço “Caixa taxiPay”, que consiste num sistema de pagamento a bordo e, que graças às novas tecnologias prometem mudar o rosto da classe dos taxistas, oferecendo mais segurança e controlo.

Em relação ao Western Union, foram materializadas dois grandes projectos, sendo o serviço de ABMT – Account Based Money Transfer e a promoção Back to School, em que por cada transacção via WU o cliente receberia um brinde promocional.

No que toca a notoriedade, estudo realizado pela Afrosondagem, em 2012, revela que, não obstante, o nosso principal concorrente ter sido considerado pela terceira vez consecutiva como a marca de confiança dos cabo-verdianos, com cerca de 45% de preferência, a marca Caixa seguiu com uma curta distância eleita por cerca de 41% dos cabo-verdianos. De realçar, no entanto que, o mesmo estudo evidenciou ainda que a distância entre as duas marcas tem diminuído devido ao crescimento constante da Caixa nos últimos anos.

4.7. Novos Canais Electrónicos

38

É notória a expansão acentuada destes meios e canais, com maior acuidade ao CAIXANet, e aos pré-pagos.

Em relação aos cartões de débitos activos, verificou-se um ligeiro aumento em relação a 2011, com uma taxa de crescimento de 1,64%.

Em relação aos ATM's, houve um pequeno acréscimo no número de transacções, com reflexo na quota de mercado da CAIXA, tendo passado de 28,7% em 2011, para 29,3% em 2012. O aumento verificou-se também em termos de volume. O que chama atenção é a subida exponencial do Mastercard que retomou em finais de 2011 e expandiu em 2012. Durante o ano de 2012 foi instalado mais um ATM, passando a CAIXA totalizar 33 unidades pelo País.

Quanto aos POS, a CAIXA apresentou uma ligeira diminuição na quota de mercado de POS instalados, tendo decaído de 19,64%, em 2011, para 17,81% em 2012. No entanto, ao nível das transacções efectuadas nos POS, apresentou um crescimento de 21% no nº de operações. Em termos de valores movimentados o crescimento foi nítido de 17,41%.

No que toca aos cartões VISA, durante o ano de 2012, a CAIXA emitiu um total de 1.301 cartões. Os cartões visa pré-pagos foram os que mais se destacaram, com um crescimento de 26,57%, contra a diminuição do visa crédito de 25%. A redução deste último tem uma correlação forte com a expansão dos pré-pagos, por um lado, mas por outro com a contenção crédito.

Foi notória a subida das adesões à CAIXANET em 2012. O crescimento foi da ordem dos 54%, o que é bom sinal para a Instituição, face à utilidade desta ferramenta para os clientes. O impacto em termos de número de transacções foi ainda mais grandioso, acima dos 160%. Em termos de valores movimentados, o crescimento foi de 3,42%.

4.7. Relações com os Emigrantes

Em relação ao segmento Emigrante, foi reforçada a presença da caixa nos principais países de emigração cabo-verdiana, privilegiando a proximidade, oferta de produtos e serviços específicos para o segmento e melhoria da qualidade do atendimento.

A CAIXA realizou e participou em vários encontros com os emigrantes nas cidades de Boston, Brockton, Pawtucket, Elizabeth, NJ e Foxbough, nos EUA, a fim de dar resposta às necessidades dos nossos clientes e à comunidade cabo-verdiana nos principais Países de acolhimento.

39

A nível nacional, a CAIXA realizou vários encontros com emigrantes em férias, por altura das festas de municípios.

4.9. Relações Internacionais

Não obstante o ambiente de crise, a Caixa, durante o ano de 2012, manteve contactos permanentes e participou em diversos encontros com diversos bancos e instituições internacionais, com o intuito de obter recursos de longo prazo para diversificar o seu funding e mitigar o gap entre o activo e o passivo.

Para melhor servir os nossos clientes e a comunidade Caboverdeana, a CAIXA tem procurado consolidar as relações com os novos Bancos Correspondentes, particularmente as estabelecidas com o JP Morgan, o Banco do Brasil - Sucursal em Portugal e o Banco de China - Sucursal de Macau.

De realçar ainda que a CAIXA tem mantido relações estreitas com a *Western Union*, cuja parceria remonta há mais de uma década. Está em curso o reforço da implementação do produto ABMT - *Account Based Money Transfert*, que permite aos clientes realizar operações de envio e recebimento de dinheiro a partir das suas contas bancárias utilizando a rede *Western Union*, podendo a solicitação ser feita por telefone.

Continuou-se a registar os encontros com responsáveis de vários bancos correspondentes, onde foram analisadas as possibilidades de negócios e/ou reforço de relações com os correspondentes bancários.

Destaca-se, ainda, os encontros com parceiros e instituições financeiras internacionais como:

- FMI no âmbito das missões de avaliação do desempenho macroeconómico;



- *Standard&Poors* para a determinação do rating do país;
- *Africinvest*, aquando da análise de possibilidades de investimento em Cabo Verde.
- O *Fonds GARI*, que demonstrou o funcionamento e as vantagens do Fundo de garantia;

No quadro da diversificação de fontes de financiamento e de prestação de serviços, intensificou-se os contactos com instituições financeiras internacionais:

- O FMO - Banco de Desenvolvimento da Holanda com quem a CAIXA assinou, em finais de 2011, um contrato de empréstimo. A CAIXA foi assim a primeira instituição em Cabo Verde a merecer a confiança do FMO.
- O BDC- Banco de Desenvolvimento da China com a qual se assinou um Memorandum de entendimento para financiamentos futuros;
- O Centro Nacional de Pensões de Portugal no âmbito da alteração da modalidade de pagamento de pensões aos pensionistas Cabo-verdianos.
- O *BCEEL- Banque et Caisse d'Epargne de L'Etat du Luxembourg* que tem sucessivamente renovado o empréstimo de curto prazo, em condições bastante satisfatórias, demonstrando confiança na CAIXA.

40

4.10. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

O posicionamento da CAIXA sempre foi suportado em princípios fundamentais de crescimento e inovação, com vista a uma melhor integração e prosperidade da sociedade em que se insere.

Neste âmbito, a componente responsabilidade social adquire particular relevância. Nos últimos anos, a CAIXA investiu de forma consistente em projectos nesta área de actividade e 2012 não foi excepção, apesar do ambiente de crise.

Continuando a sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas, educativas e culturais, sendo que a este último coube a maior fatia do orçamento.

Gráfico IX - Patrocínio 2012 por sector de actividades



Foram patrocinados grandes eventos que fazem parte da agenda cultural do país, o Cabo Verde Music Awards (CVMA), concerto em Homenagem a Cesária Évora e eventos no estrangeiro, como CCKA nos EUA e Cultura CV/UK em Londres.

Ainda foram contemplados vários artistas com a gravação de CD's, entre os quais destacamos, Michel Montrond, Noah Andrade e Calú de Arquitecto, bem como os patrocínios para o lançamento de livros de Fábio Vieira e João Furtado.

No Desporto, destacamos o patrocínio da AMIBASKET - escola de formação dos jovens em basquetebol, o Sporting Clube da Praia para a época desportiva 2011/2012, Associação Regional de Basquete Santiago Sul, Federação Caboverdeana de Futebol, Clube Desportivo ABC, e New Talents de Ponta d'Água, Ministério de Educação e Desporto, etc.

Na área económica, realçamos o patrocínio ao MAHOT - Ministério de Ambiente e Ordenamento do Território, para a realização do congresso Urbano, e ao Tribunal de Contas, para realização do congresso da CPLP e Expotour no Sal.

No sector da Educação a Caixa patrocinou o Ministério de Educação - Olimpíadas de matemática e Direcção de Alfabetização, a FICASE para o pagamento de propinas e transporte escolar de modo a

melhorar as condições de educação dos alunos do Ensino Básico e secundário em todos os concelhos do País, a Casa da Ciência e a Unipeaget com o projecto jornal Braile.

Em termos sociais, o encontro de “Minis di Bairro” foi beneficiado, como também, a Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integrado de Crianças Deficientes.

5. Análise da Rendibilidade

5.1 Resultados do Exercício

42

Em Dezembro de 2012 a CAIXA alcançou um Resultado do Exercício de 118.664 mil escudos, 314.013 mil escudos a menos que montante conseguido em 2011, o que representa um decréscimo de 72,6%, justificado, essencialmente, pela retracção ocorrida na Margem Financeira, no valor de 217.976 mil escudos (-11,6%). Contribuíram, igualmente, para a diminuição do resultado da CAIXA a Margem Complementar que registou uma redução de 25.602 mil escudos (-9,1%), os Resultados em Empresas e Associadas com menos 18.606 mil escudos, correspondendo a um decréscimo de 277,5% e os aumentos ocorridos no montante das Amortizações (+7,8%, i.e., mais 8.856 mil escudos) e no valor dos Custos com Pessoal (+11,3%, i.e., menos 62.454 mil escudos).

O decréscimo ocorrido na Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário (com um peso de 86,70%), deveu-se ao incremento de 11.544 mil escudos (0,4%) ocorrido nos Juros e Rendimentos Similares, inferior ao acréscimo de 229.519 mil escudos (20,4%) dos Juros e Encargos Similares.

Para a degradação da Margem Complementar no período contribuíram as variações negativas registadas, quase na globalidade, nas suas diversas componentes, com a excepção dos Rendimentos de Serviços e Comissões Líquidas, que conheceram um aumento de 11.052 mil escudos (+8,8%), tendo passado de 125.803 mil escudos, em Dezembro de 2011, para 136.855 mil escudos, em Dezembro de 2012. O Resultado Cambial, que em 2011 tinha atingido 88.766 contos, registou em 2012, 83.839 mil escudos (um decréscimo de 5,6%), devido, especialmente, à oscilação do USD e ao desfasamento entre as cotações nacionais e estrangeiras que, em muitas ocasiões, dificultaram a venda do USD. A rubrica Outros Resultados de Exploração, também,

contribuiu de forma negativa para a Margem complementar, tendo observado um declínio de 29.340 mil escudos (-46,4%), relativamente a 2011.

Nesse quadro, o Produto Bancário conheceu uma redução de 243.578 mil escudos (-11,3%) em relação a 2011, tendo atingido 1.913.686 mil escudos em Dezembro de 2012.

Os Gastos Administrativos, por sua vez, ao registarem um aumento 4,6% (50.911 mil escudos), absorveram 60,3% do Produto Bancário. Contribuíram para o agravamento, os Custos com Pessoal, como referido anteriormente, com um aumento de 11,3% (62.454 mil escudos), contrapondo os Gastos Gerais Administrativos, que ostentaram uma diminuição de 2,1% (-11.543 mil escudos). O agravamento dos Custos com Pessoal é, em grande medida, explicado pelo aumento dos subsídios atribuídos aos colaboradores da CAIXA e pelas contratações ocorridas em 2012. A evolução da rubrica Amortizações do Exercício espelhou, por seu turno, o início da amortização da nova sede ao aumentar 8.855 mil escudos, justificado essencialmente pela depreciação dos equipamentos.

43

As Provisões e Imparidades Líquidas ascenderam a 540.201 mil escudos, retratando um aumento de 119.598 mil escudos (28,4%), face a 2011. Em consequência, o Resultado de Exploração atingiu, apenas, 760.529 mil escudos, demonstrando uma redução de 294.488 mil escudos (i.e., -27,9%).

Os resultados parcelares (Gastos Administrativos, Amortizações e Provisões) conduziram a um decréscimo do *Cash Flow* do Exercício na ordem de 185.561 mil escudos (i.e., -19,2%), fixando-se nos 780.715 mil escudos.

Quadro XVI - Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2011	2012	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Juros e rendimentos similares	2.999.724	3.011.268	11.544	0,4
Juros e encargos similares	1.122.607	1.352.127	229.520	20,4
Margem Financeira	1.877.117	1.659.141	-217.976	-11,6
Rendimentos e instrumentos de capital	0	0	0	
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	125.803	136.855	11.052	8,8
Resultados em operações financeiras	88.766	83.839	-4.927	-5,6
Resultados de alienação de activos	2.387	0	-2.387	-100,0
Outros resultados de exploração	63.191	33.851	-29.340	-46,4
Margem Complementar	280.147	254.545	-25.602	-9,1
Produto Bancário	2.157.264	1.913.686	-243.578	-11,3
Custos com Pessoal	554.407	616.861	62.454	11,3
Gastos Gerais Administrativos	547.838	536.295	-11.543	-2,1
Gastos Administrativos	1.102.245	1.153.156	50.911	4,6
Amortizações	112.995	121.850	8.855	7,8
Total Custos Operativos	1.215.240	1.275.006	59.766	4,9
Provisões e Imparidade (liq.)	420.604	540.201	119.597	28,4
Resultado de Exploração	521.420	98.479	-422.941	-81,1
Resultados em Empresas Associadas	6.705	-11.901	-18.606	-277,5
Resultado antes de impostos	528.125	86.578	-441.547	-83,6
Impostos correntes	83.693		-83.693	-100,0
Impostos diferidos	11.754	32.086	20.332	173,0
Imposto sobre lucros	95.447	32.086	-63.361	-66,4
Resultado Liquido	432.678	118.664	-378.186	-87,4
- Cash Flow do Exercício	966.277	780.715	-185.562	-19,2

5.2 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade reflectem uma evolução negativa da performance da CAIXA, em 2012.

A Rendibilidade do Activo (ROA) passou de 1,10%, em 2011, para 0,27%, em 2012, e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE), por sua vez, atingiu os 3,39%, em 2012, após ter registado 12,6%, em 2011.

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, registou uma significativa degradação, tendo passado de 56,33% para 66,6%, justificado pelo aumento dos custos operativos e diminuição do produto bancário, em consequência da conclusão de muitos dos projectos estratégicos, no quadro do Plano Estratégico para o quadriénio 2009-2012, e da desaceleração da economia.

A Produtividade dos trabalhadores, medida pelo rácio Produto Bancário/ N° médio de Trabalhadores, registou, igualmente, uma ligeira deterioração, passando de 8.110 mil escudos para 6.774 mil escudos, justificado, em parte, pelo recrutamento de novos colaboradores.

Quadro XVII - Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2011	2012
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	12,6	3,4
Resultado do Exercício/ Activo Líquido Médio (ROA) (%)	1,10	0,27
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	28,1	22,3
Cash Flow do Exercício/ Activo Líquido Médio (%)	2,5	1,8
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	56,3	66,6
Produto Bancário/ N° Médio de Trabalhadores (contos)	8.110,0	6.774,1
Cash Flow do Exercício/ N° Médio de Trabalhadores (contos)	3.632,6	2.763,6

5.3 Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a CAIXA tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição evoluíram de 3.487.109 mil escudos, em 2011, para 3.358.911 mil escudos, em 2012, exibindo um decréscimo de 128.199 mil escudos (-3,68%), explicado, sobretudo, pela diminuição dos Capitais Próprios por via do resultado.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 13,59% em Dezembro de 2012, ressaltando uma margem de, aproximadamente, 3,6% sobre o mínimo exigido. O Rácio de Cobertura de Imobilizado assentou-se, por sua vez, nos 127,7%, acima do limite definido (100%).

Quadro XVIII - Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2011	2012
Fundos Próprios (contos)	3.487.109	3.358.911
Rácio de Solvabilidade	13,51	13,59
Rácio Imobilizado Líquido/ Fundos Próprios	189,95	127,70

46

5.4 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidade Líquidas do Exercício, que em 2011 somavam os 420.604 mil escudos, registaram 540.201 mil escudos em 2012, traduzindo um acréscimo de 119.598 mil escudos (28,4%). As Imparidades de Crédito, que em 2011 ostentavam um peso de 98,6%, em 2012, representaram 98,3% do total, não obstante terem registado um acréscimo de 116.707 mil escudos (28,2%).

Quadro XIX - Provisões e Imparidades líquidas

Provisões e Imparidade Líquidas	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito a Clientes	414.554	98,6%	531.260	98,3%	116.707	28,2%
Imóveis	3.683	0,9%	8.941	1,7%	5.259	142,8%
Diversos	2.367	0,6%	0	0,0%	-2.367	-100,0%
Total	420.604	100,0%	540.201	100,0%	119.598	28,4%

5.5 Créditos e Juros Vencidos

Em 2012, a carteira de crédito evidenciou uma acentuada deterioração, tendo o rácio Crédito Vencido/Credito total passado de 13,17% para 17,11% (um acréscimo de 3,94%), ainda que o acompanhamento dos créditos problemáticos tenha sido realizado de forma sistemática, através de negociações directas com os clientes e do acompanhamento por parte das Agências nas acções de recuperação de crédito.

O rácio de Cobertura de Crédito por Imparidade conheceu, também, uma deterioração, tendo passado de 53,49%, em 2011, para 49,68%, em 2012.

Quadro XX - Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2011	2012
Créditos e Juros vencidos**	3.806.416	4.719.126
Imparidade para Créditos e Juros vencidos***	2.035.977	2.344.303
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	13,17%	17,11%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total*	12,50%	16,31%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos / Créditos e Juros vencidos	53,49%	49,68%

47

* Com a inclusão dos títulos das empresas no crédito

** não inclui as despesas vencidas

*** não inclui imparidade para títulos

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em atenção a orientação do Banco Central que passamos a citar,

"O Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, no âmbito das suas atribuições consagradas na sua Lei Orgânica, conjugadas com as disposições constantes da Lei 3/V/96, de 1 Julho, e demais avisos, reforça a orientação no sentido de serem acautelados os riscos e exige o reforço dos fundos próprios, das instituições de crédito, bem como a redução do nível de alavancagem, ficando suspensa a distribuição de dividendos enquanto não for atingido o nível de provisões determinado pelo BCV",

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Reservas Legais (10%) -----	11.866,4 contos
Reservas Livres (90%) -----	106.797,6 contos
Total -----	118.664 contos

7. Notas Finais

A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2012 com resultados positivos, espelhando indicadores de dimensão e desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, deste modo, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

48

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da sua actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançado

Balço e Demonstração de Resultados

ACTIVO	2011	Activo Bruto	2012	Activo líquido
	Activo líquido		Prov., Imparid. e Amort.	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.306.285	2.846.489		2.846.489
Disponibilidades em outras instit. de crédito	647.957	894.667		894.667
Activos financeiros detidos para negociação	0	0		0
Outros activos financeiros ao justo valor/resultados	0	0		0
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	4.023	200	3.823
Aplicações em instituições de crédito	722.477	5.336.365		5.336.365
Crédito Clientes	34.746.969	34.747.524	2.397.453	32.350.071
Propriedades de investimento	4.707	8.664	3.350	5.314
Outros activos tangíveis	1.727.066	3.403.784	927.727	2.476.057
Activos intangíveis	6.636	241.690	237.702	3.988
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	104.912	150.490		150.490
Activos por impostos correntes	11.127	10.481		10.481
Activos por impostos diferidos	26.587	13.293		57.135
Outros activos	782.006	881.539	35.617	845.922
TOTAL DO ACTIVO	42.090.552	48.539.009	3.602.049	44.980.802

49

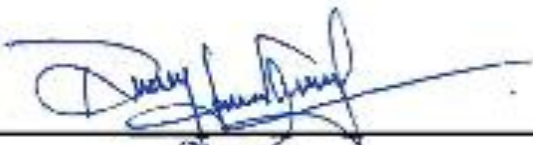
PASSIVO	2011	2012
Recursos de bancos centrais	6.942	0
Recursos de outras instituições de crédito	2.092.907	1.232.508
Recursos de clientes e outros empréstimos	35.957.992	39.930.010
Provisões	48.817	48.148
Passivos por impostos correntes	99.047	0
Passivos por impostos diferidos	3.077	1.539
Outros passivos	332.112	309.075
Capital	1.392.000	1.392.000
Outras reservas e resultados transitados	1.724.980	1.948.858
Resultado do exercício	432.678	118.664
(Dividendos antecipados)	0	
TOTAL DO PASSIVO	38.540.894	41.521.280
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	42.090.552	44.980.802

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2012
Juros e rendimentos similares	2.999.724	3.011.268
Juros e encargos similares	1.122.607	1.352.127
Margem financeira	1.877.117	1.659.141
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	176.638	193.975
Encargos com serviços e comissões	50.835	57.120
Resultados de reavaliação cambial	88.766	83.839
Resultados de alienação de outros activos	2.387	0
Outros resultados de exploração	63.191	33.851
Produto bancário	2.157.264	1.913.686
Custo com pessoal	554.407	616.861
Gastos gerais administrativos	547.838	536.295
Amortizações do exercício	112.995	121.850
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.050	8.941
Imparidade outros activ. financ. liq. rever. e recup.	414.554	531.260
Imparidade outros activ. liq. reversões e recuperaç.	0	0
Resultados em empresas associadas	-6.705	-11.901
Resultado antes de impostos	528.125	86.578
Impostos		
Correntes	83.693	0
Diferidos	11.754	32.086
Resultados após impostos	432.678	118.664

O Conselho de Administração



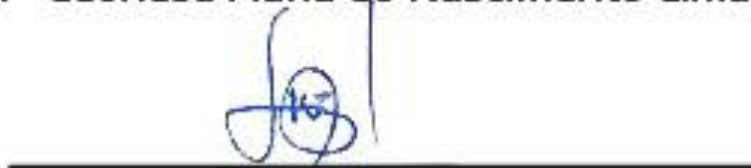
Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda



Vice - Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado



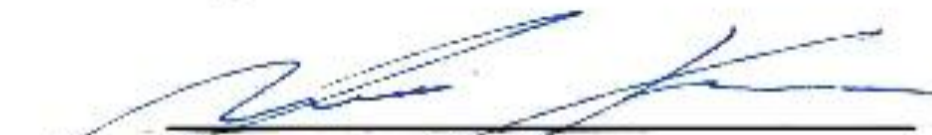
Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes



Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos



Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida



Vogal - Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes



Vogal - Nuias Mendes Barbosa da Silva

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento com os preceitos legais e estatutários, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas do exercício e Anexo da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l. referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Atendendo a que foram seguidos os critérios geralmente aceites, a opinião do Conselho Fiscal é que o Relatório de Gestão refere com adequado detalhe os factos mais relevantes ocorridos no exercício, expõe adequadamente a evolução dos seus negócios e resultados, permitindo compreender a situação da Empresa e as perspectivas da sua evolução, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Assim, é nossa convicção que as Contas, compreendendo o Balanço, Demonstrações de Resultado Líquido, Alteração do Capital Próprio, Fluxo de Caixa e Anexo, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de Dezembro de 2012 e em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o Anexo e ainda o Relatório de Auditoria externa que evidencia no ponto 6 – Bases para a Opinião com Reservas e no ponto 8 - Ênfase, no que concerne a provisão visando quantificar o valor definitivo necessário para a parte do saldo de bonificações a receber, registado no exercício pela CAIXA, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Neste contexto, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas atribuições e competência, dá o seu Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012,

Praia, 22 de Maio de 2013

O Conselho Fiscal


RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. (“Caixa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de mCve. 44.980.802 e um capital próprio de mCve. 3.459.522, incluindo um resultado líquido de mCve. 118.664, as Demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 33).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração da Caixa é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2012 a Caixa tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2004 no montante de mCve. 668.510 (mCve. 570.825 em 31 de Dezembro de 2011). No exercício de 2010, a Caixa recebeu da Direcção Geral do Tesouro (DGT) o relatório preliminar de uma auditoria externa ao regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com a Caixa relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. A Caixa contestou as conclusões deste relatório ainda em 2010. No exercício de 2012, recebeu a resposta ao contraditório apresentado, na qual a DGT estipula que, de um valor de bonificações de crédito à habitação reclamado pela Caixa de mCve. 297.860 até 2008, apenas mCve. 115.938 são devidos. Encontram-se ainda em curso negociações entre as partes com vista à quantificação do valor definitivo a reconhecer pela DGT relativamente aos exercícios acima referidos, bem como quanto aos montantes reclamados entre 2009 e 2012 e a outras bonificações, que totalizam mCve. 370.650. Face ao exposto, não nos é possível quantificar a provisão necessária para a parte do saldo de bonificações a receber registado em 31 de Dezembro de 2012 que não será recebida pela Caixa.

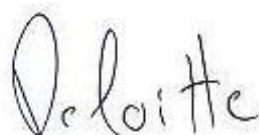
Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfase

8. A carteira de crédito da Caixa em 31 de Dezembro de 2012 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, que em algumas situações têm evidenciado dificuldades para fazer face ao serviço da dívida. A Caixa tem em curso um conjunto de medidas com vista à recuperação destes créditos, e tem na generalidade das situações hipotecas sobre os respectivos imóveis/terrenos cujo valor de avaliação de que dispõe é superior ao valor dos créditos. A concretização das expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pela Caixa a estes clientes, que incorpora normalmente descontos face aos valores de avaliação, está naturalmente dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e do resultado das medidas concretas que se encontram em curso.

Lisboa, 13 de Maio de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2012 acompanhadas do
Relatório de Auditoria**

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Nota s	2012		2011		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Nota s	2012	2011
		Activo	Provisões, imparidade e amortizações	Activo	Activo				
		Bruto		líquido	líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2.846.489	-	2.846.489	3.306.285	Recursos de bancos centrais	14	-	6.942
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	894.667	-	894.667	647.957	Recursos de outras instituições de crédito	15	1.232.508	2.092.907
Activos financeiros disponíveis para venda	5	4.023	(200)	3.823	3.823	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	39.930.010	35.957.992
Aplicações em instituições de crédito	6	5.336.365	-	5.336.365	722.477	Provisões	17	48.148	48.817
Crédito a clientes	7	34.747.524	(2.397.454)	32.350.070	34.746.969	Passivos por impostos correntes	12	-	99.047
Propriedades de investimento	8	8.664	(3.350)	5.314	4.707	Passivos por impostos diferidos	12	1.539	3.077
Outros activos tangíveis	9	3.403.784	(927.727)	2.476.057	1.727.066	Outros passivos	18	309.075	332.112
Activos intangíveis	10	241.690	(237.702)	3.988	6.636	Total do passivo		41.521.280	38.540.894
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	150.490	-	150.490	104.912	Capital	19	1.392.000	1.392.000
Activos por impostos correntes	12	10.481	-	10.481	11.127	Outras reservas e resultados transitados	20	1.948.858	1.724.980
Activos por impostos diferidos	12	57.136	-	57.136	26.587	Resultado do exercício	20	118.664	432.678
Outros activos	13	881.539	(35.617)	845.922	782.006	Total do capital próprio		3.459.522	3.549.658
Total do activo		48.582.852	(3.602.050)	44.980.802	42.090.552	Total do passivo e do capital próprio		44.980.802	42.090.552

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares	21	3.011.268	2.999.724
Juros e encargos similares	22	<u>(1.352.127)</u>	<u>(1.122.607)</u>
MARGEM FINANCEIRA		1.659.141	1.877.117
 Rendimentos de serviços e comissões	23	193.975	176.638
Encargos com serviços e comissões	23	(57.120)	(50.836)
Resultados de reavaliação cambial	24	83.839	88.766
Resultados de alienação de outros activos	25	-	2.387
Outros resultados de exploração	26	<u>33.851</u>	<u>63.192</u>
PRODUTO BANCÁRIO		1.913.686	2.157.264
 Custos com pessoal	27	(616.861)	(554.407)
Gastos gerais administrativos	28	(536.295)	(547.838)
Amortizações do exercício	8, 9 e 10	(121.850)	(112.995)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	(8.941)	(6.050)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	(531.260)	(414.554)
Resultados em empresas associadas	11	<u>(11.901)</u>	<u>6.705</u>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>86.578</u>	<u>528.125</u>
 Impostos			
Correntes	12	-	(83.693)
Diferidos	12	<u>32.086</u>	<u>(11.754)</u>
		<u>32.086</u>	<u>(95.447)</u>
Resultado e rendimento integral do exercício		<u><u>118.664</u></u>	<u><u>432.678</u></u>
 Número médio de acções ordinárias emitidas		1.392.000	1.392.000
Resultado por acção		0,09	0,31

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>Outras reservas e resultados transitados</u>					<u>Resultado do exercício</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>		
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>1.392.000</u>	<u>328.970</u>	<u>1.402.930</u>	<u>(177.062)</u>	<u>1.554.838</u>	<u>378.942</u>	<u>3.325.780</u>
Distribuição do resultado do exercício de 2010:							
Incorporação em reservas	-	37.894	132.248	-	170.142	(170.142)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(208.800)	(208.800)
Rendimento integral do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>432.678</u>	<u>432.678</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	<u>1.392.000</u>	<u>366.864</u>	<u>1.535.178</u>	<u>(177.062)</u>	<u>1.724.980</u>	<u>432.678</u>	<u>3.549.658</u>
Distribuição do resultado do exercício de 2011:							
Incorporação em reservas	-	43.268	180.610	-	223.878	(223.878)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(208.800)	(208.800)
Rendimento integral do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>118.664</u>	<u>118.664</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	<u>1.392.000</u>	<u>410.132</u>	<u>1.715.788</u>	<u>(177.062)</u>	<u>1.948.858</u>	<u>118.664</u>	<u>3.459.522</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimento de juros e comissões	3.205.243	3.176.362
Pagamento de juros e comissões	(1.409.247)	(1.173.443)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	117.690	151.958
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.153.156)	(1.106.883)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(98.533)	(86.930)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>661.997</u>	<u>961.064</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(4.613.888)	447.481
Créditos sobre clientes	1.865.638	(6.852.682)
Outros activos	(75.967)	(156.744)
	<u>(2.824.217)</u>	<u>(6.561.945)</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(867.341)	1.032.456
Recursos de clientes	3.972.018	4.046.590
Outros passivos	(20.515)	74.513
	<u>3.084.162</u>	<u>5.153.559</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>259.945</u>	<u>(1.408.386)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de investimento</u>		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(57.479)	3.743
Activos intangíveis	(2.156)	(1.901)
Outros activos tangíveis	(865.956)	(500.321)
Propriedades de investimento	(637)	-
Receitas de venda de activos tangíveis	-	2.387
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(926.228)</u>	<u>(496.092)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</u>		
Dividendos distribuídos	(208.800)	(208.800)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(208.800)</u>	<u>(208.800)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(213.086)	(1.152.214)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.954.242	5.106.456
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.741.156	3.954.242

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até Setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista (Nota 19).

O capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções, 90% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objecto o exercício de todas as actividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 29 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Maio de 2013, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio da Caixa no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos exercícios de 2012 e 2011, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
1 USD	83,165	85,697

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Caixa não tem activos de “trading” ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros activos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com excepção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de crédito”.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os activos disponíveis para venda correspondem a activos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve estes activos ao custo histórico.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Caixa efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

A Caixa efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito a Caixa definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Produtores individuais
- Outros créditos a particulares
- Garantias prestadas
- Sector público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

Não é registada imparidade para créditos sobre o Estado de Cabo Verde (incluindo títulos de dívida pública), empresas públicas ou municípios, ou garantidos por estas entidades.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Relativamente a estes activos financeiros, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira da Caixa.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, a Caixa considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em “Amortizações do exercício” ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	60
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	5
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	5 - 12
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Nas situações em que existem indícios, sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Caixa correspondem aos impactos da adopção das NIRF e a prejuízos fiscais reportáveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras a Caixa utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

Norma/ Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 7 – Emenda (Transferência de activos financeiros)	01-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de activos financeiros.

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras da Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, decorrentes da emenda acima referida.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2010)	01-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (Maio de 2012)	Várias (usualmente 1- Jan-13)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IAS 16 e a IAS 32.

EMENDAS:

IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	01-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	01-Jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 – Emenda (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRS 1 –Emenda (subsídios governamentais)	01-Jan-13	Cria uma excepção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Emendas (regras de transição)	01-Jan-13	Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas.
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 –Emendas (entidades de Investimento)	01-Jan-14	Criam uma excepção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pela Caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa	1.222.610	1.462.588
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	1.623.879	1.843.697
	<u>2.846.489</u>	<u>3.306.285</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Até 31 de Dezembro de 2011, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa correspondia a 16%.

Estes depósitos não são remunerados.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos à ordem:		
Em instituições de crédito no país		
. BCA	9.031	7.666
. Ecobank	2.858	1.644
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	359.009	254.676
. JP Morgan Chase Bank,N.A. NY	145.355	156.227
. Commerzbank	70.535	-
. Caixa Geral de Depósitos	49.736	6.611
. Montepio Geral	47.824	67.301
. ABN AMRO Bank	30.139	3.883
. Banque Nationale de Paris	24.835	7.438
. Banco Português de Investimento	20.515	1.114
. Credit Suisse	18.406	23.933
. Natexis Banques Populaires	15.862	3.017
. Midland Bank Plc	14.789	428
. Banco Espírito Santo	13.300	7.859
. Den Danske Bank	10.549	9.280
. Outras	6.840	3.998
. Cassa Risparmio D.P.Lombarde	6.317	259
. Banco Central Hispano	5.240	1.498
	<u>851.140</u>	<u>556.832</u>
Valores a cobrar:		
Sobre o país	31.015	74.851
Sobre o estrangeiro	10.564	15.270
	<u>41.579</u>	<u>90.121</u>
Outras disponibilidades	1.948	1.004
	<u>894.667</u>	<u>647.957</u>

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

<u>Título</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Imparidade (Nota 17)</u>	<u>Valor de balanço (líquido)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3.823	-	3.823
<u>Instrumentos de dívida valorizados ao custo histórico</u>			
Obrigações de dívida pública portuguesa	200	(200)	-
	<u>4.023</u>	<u>(200)</u>	<u>3.823</u>

A Caixa manteve as obrigações de dívida pública portuguesa registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

A participação no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
Depósitos a prazo	5.000.000	-
Títulos de regularização monetária	227.000	540.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	108.942	110.678
Depósitos a prazo	-	72.573
Juros a receber	494	366
Proveitos diferidos	(71)	(1.140)
	<u>5.336.365</u>	<u>722.477</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos para caução” corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para créditos documentários concedidos por estas entidades a clientes da Caixa. Estes depósitos não são remunerados, sendo reembolsados quando da liquidação do respectivo crédito documentário associado.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo e para caução apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2012	2011
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	108.225	168.871
Montepio Geral	717	2.453
Outros	-	11.927
	<u>108.942</u>	<u>183.251</u>

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	479.715	233.437
Empréstimos	642.436	611.925
Descobertos em depósitos à ordem	209.132	346.637
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	19.782.137	21.290.751
Outros créditos	971.505	1.881.794
	<u>22.084.925</u>	<u>24.364.544</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	5.868.650	6.451.980
Outros títulos de rendimento fixo	1.362.912	1.539.829
Crédito ao pessoal	769.968	728.486
	<u>30.086.455</u>	<u>33.084.839</u>
Juros a receber	162.255	155.342
Custos diferidos	2.553	2.873
Receitas diferidas	(237.916)	(267.334)
Crédito e juros vencidos	4.734.177	3.818.026
	<u>34.747.524</u>	<u>36.793.746</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(2.397.454)	(2.046.777)
	<u>32.350.070</u>	<u>34.746.969</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) – Títulos de dívida pública” inclui mCve. 5.072.730 e mCve. 5.656.060, respectivamente, relativos a obrigações e bilhetes do Tesouro de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. Esta rubrica inclui ainda uma Obrigação do Tesouro de rendimento variável, com um montante de subscrição de mCve. 795.920, a reembolsar no prazo de 15 anos a partir de 1 de Janeiro de 2000. Este título vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 1,5%. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a taxa de cupão em vigor é de 1,82% e 3,14%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendem a mCve. 4.465.730 e mCve. 4.859.230, respectivamente (Nota 16).

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) – Outros títulos de rendimento fixo” inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber”. Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2012	2011	Maturidade
<i><u>Outros títulos de rendimento fixo</u></i>			
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	-	176.766	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	147.088	147.088	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630.227	630.227	14-06-2027
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	-	06-08-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B	283.845	283.845	14-09-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A	31.252	31.252	05-01-2014
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	50.500	50.651	14-10-2015
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	20.000	20.000	18-02-2014
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	-	200.000	06-08-2012
	<u>1.362.912</u>	<u>1.539.829</u>	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

No exercício de 2012, as obrigações da Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. foram reembolsadas, tendo ocorrido a emissão de novas obrigações de igual montante com maturidade em Agosto de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber (titulados)” e juros corridos, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2012			2011		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:						
Comércio	531.367	522.851	1.054.218	1.079.362	280.178	1.359.540
Construção e obras públicas	1.053.931	82.408	1.136.339	1.182.122	105.994	1.288.116
Transportes	1.319.538	430.025	1.749.563	1.377.420	351.333	1.728.753
Indústria	913.205	104.775	1.017.980	606.549	105.597	712.146
Hotelaria	950.198	500.880	1.451.078	882.991	233.425	1.116.416
Energia	858.079	-	858.079	964.781	-	964.781
Outros	2.466.422	323.382	2.789.804	2.799.121	183.286	2.982.407
	<u>8.092.740</u>	<u>1.964.321</u>	<u>10.057.061</u>	<u>8.892.346</u>	<u>1.259.813</u>	<u>10.152.159</u>
Particulares:						
Habitação	10.057.646	1.685.083	11.742.729	10.174.567	1.409.018	11.583.585
Outros	4.704.507	1.084.773	5.789.280	6.026.117	1.149.195	7.175.312
	<u>14.762.153</u>	<u>2.769.856</u>	<u>17.532.009</u>	<u>16.200.684</u>	<u>2.558.213</u>	<u>18.758.897</u>
	<u>22.854.893</u>	<u>4.734.177</u>	<u>27.589.070</u>	<u>25.093.030</u>	<u>3.818.026</u>	<u>28.911.056</u>

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é apresentado como se segue:

		2012					
		Saldo em 31-12-2011		Saldo em 31-12-2012			
		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos Imóveis		3.048	-	-	636	3.684	-
		4.980	(3.321)	(29)	-	4.980	(3.350)
		8.028	(3.321)	(29)	636	8.664	(3.350)
		2011					
		Saldo em 31-12-2010		Saldo em 31-12-2011			
		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos Imóveis		12.750	-	-	(9.702)	3.048	-
		4.980	(3.291)	(30)	-	4.980	(3.321)
		17.730	(3.291)	(30)	(9.702)	8.028	(3.321)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as propriedades de investimento apresentavam o seguinte justo valor:

	Valor líquido		Valor de avaliação
	2012	2011	
Terrenos	3.684	3.048	18.640
Edifícios	1.630	1.659	14.079
	<u>5.314</u>	<u>4.707</u>	<u>32.719</u>

As avaliações apresentadas foram realizadas pela Caixa no exercício de 2012.

Em 2012, as transferências correspondem a um terreno que foi transferido da rubrica de “Imobilizado em curso”.

Em 2011, as transferências correspondem a 2 terrenos que foram transferidos para a rubrica de “Activos tangíveis”, por cessação dos respectivos contratos de arrendamento.

Nos exercícios de 2012 e 2011, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 126 e mCve. 131, respectivamente (Nota 26).

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros Activos Tangíveis” durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012						2011		
	Saldos em 31-12-2011		Adições	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Regular- zações	Saldos em 31-12-2012		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis	542.515	(57.306)	69.767	(10.436)	893.471	50	1.505.753	(67.692)	1.438.061
Obras em edifícios arrendados	45.297	(25.959)	-	(2.657)	-	-	45.297	(28.616)	16.681
Património artístico	2.892	-	1.008	-	-	-	3.900	-	3.900
Equipamento:									
Mobiliário e material	147.497	(96.017)	56.591	(11.289)	992	-	205.080	(107.306)	97.774
Máquinas e ferramentas	221.225	(163.937)	7.742	(22.748)	21.331	-	250.298	(186.685)	63.613
Equipamento informático	293.447	(249.937)	14.327	(22.467)	15.844	-	323.618	(272.404)	51.214
Instalações interiores	122.550	(105.360)	16.836	(20.821)	282.860	-	422.246	(126.181)	296.065
Material de transporte	115.177	(74.147)	52.359	(19.101)	20.750	-	188.286	(93.248)	95.038
Equipamento de segurança	58.601	(35.126)	10.480	(7.107)	188.860	-	257.941	(42.233)	215.708
Outro equipamento	4.119	(2.973)	2.014	(390)	-	1	6.133	(3.362)	2.771
	<u>1.553.320</u>	<u>(810.762)</u>	<u>231.124</u>	<u>(117.016)</u>	<u>1.424.108</u>	<u>51</u>	<u>3.208.552</u>	<u>(927.727)</u>	<u>2.280.825</u>
Imobilizado em curso	984.508	-	636.842	-	(1.424.744)	(1.374)	195.232	-	195.232
	<u>2.537.828</u>	<u>(810.762)</u>	<u>867.966</u>	<u>(117.016)</u>	<u>(636)</u>	<u>(1.323)</u>	<u>3.403.784</u>	<u>(927.727)</u>	<u>2.476.056</u>
	Saldos em 31-12-2010		Adições	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Regular- zações	Saldos em 31-12-2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis	256.837	(51.105)	35.917	(6.201)	249.710	51	542.515	(57.306)	485.209
Obras em edifícios arrendados	45.349	(23.303)	-	(2.656)	-	(52)	45.297	(25.959)	19.338
Património artístico	1.439	-	-	-	1.453	-	2.892	-	2.892
Equipamento:									
Mobiliário e material	121.174	(85.667)	1.145	(10.350)	25.254	(76)	147.497	(96.017)	51.480
Máquinas e ferramentas	206.852	(139.726)	3.593	(24.211)	10.780	-	221.225	(163.937)	57.288
Equipamento informático	274.806	(226.792)	11.321	(23.145)	7.291	29	293.447	(249.937)	43.510
Instalações interiores	119.079	(94.871)	3.396	(10.489)	-	75	122.550	(105.360)	17.190
Material de transporte	112.135	(62.585)	6.176	(13.043)	-	-	115.177	(74.147)	41.030
Equipamento de segurança	54.323	(29.166)	2.938	(5.960)	1.340	-	58.601	(35.126)	23.475
Outro equipamento	4.014	(2.581)	105	(392)	-	-	4.119	(2.973)	1.146
	<u>1.196.008</u>	<u>(715.796)</u>	<u>64.591</u>	<u>(96.447)</u>	<u>295.828</u>	<u>27</u>	<u>1.553.320</u>	<u>(810.762)</u>	<u>742.558</u>
Imobilizado em curso	841.499	-	430.085	-	(287.002)	(39)	984.508	-	984.508
	<u>2.037.507</u>	<u>(715.796)</u>	<u>494.676</u>	<u>(96.447)</u>	<u>8.826</u>	<u>(12)</u>	<u>2.537.828</u>	<u>(810.762)</u>	<u>1.727.066</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Imobilizado em Curso” inclui mCve. 913.982 relativos a despesas com a construção da nova sede social na cidade da Praia. Inclui ainda valores relativos a obras em curso em agências. No final do exercício de 2012, foi concluída a construção da nova sede social e os montantes foram transferidos para imobilizado firme.

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012						2011		
	Saldos em 31-12-2011		Adições	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Regular- zações	Saldos em 31-12-2012		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	239.533	(232.897)	2.157	(4.805)	241.690	(237.702)	241.690	(237.702)	3.988
	Saldos em 31-12-2010		Adições	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Regular- zações	Saldos em 31-12-2011		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	237.633	(216.379)	1.024	(16.518)	876		239.533	(232.897)	6.636

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	2012				Valor de balanço	2011			
				Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios		Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios
Novo Banco, S.A.	20,00%	120.000	96.624	31-12-2011	390.472	(96.439)	183.119	55.912	31-12-2010	305.191	(20.442)	279.558
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10.000	45.022	31-12-2012 ⁽¹⁾	620.992	90.154	450.221	41.605	31-12-2011 ⁽¹⁾	569.004	86.115	416.041
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	12.500	6.844	31-12-2011	266.013	(2.795)	38.326	7.395	31-12-2010	188.445	(5.409)	41.411
Sophis Gere, S.A.	10,00%	2.000	2.000	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
		<u>144.500</u>	<u>150.490</u>					<u>104.912</u>				

A Caixa classificou as participações na Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A., SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL e a Sophis Gere, S.A., como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da Imotur, da SISP e da Sophis Gere, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Em Outubro de 2010, a Caixa subscreveu 20% do capital social do Novo Banco. Trata-se de um Banco com objectivos de financiamento às classes mais baixas da população, sobretudo através da concessão de micro-crédito ou através do financiamento de Organizações Não Governamentais (ONG's). O Novo Banco iniciou a sua actividade em Dezembro de 2010. No exercício de 2012, ocorreu um aumento de capital no montante de mCve. 300.000, tendo a Caixa participado em mCve. 60.000.

A Sophis Gere, S.A. foi criada em 26 de Outubro de 2012 e tem como objecto social a administração de fundos de investimento imobiliário, gestão de disponibilidades e fundos de outros aforradores, designadamente, entidades públicas ou privadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2012 e 2011 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Imotur	SISP	Novo Banco	Sophis Gere	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	8.361	33.589	60.000	-	101.950
Dividendos	-	(3.743)	-	-	(3.743)
Resultados em associadas	(966)	11.759	(4.088)	-	6.705
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	7.395	41.605	55.912	-	104.912
Aumento de capital do Novo Banco	-	-	60.000	-	60.000
Subscrição de capital do Sophis Gere	-	-	-	2.000	2.000
Dividendos	-	(4.521)	-	-	(4.521)
Resultados em associadas	(551)	7.938	(19.288)	-	(11.901)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.844	45.022	96.624	2.000	150.490

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo dos “Resultados em associadas – SISP” inclui mCve. 1.077 e mCve. 3.148 relativos a acertos ao resultado incorporado no exercício anterior, respectivamente.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>86.578</u>		<u>528.125</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	22.077	25,5%	134.672
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(71,43%)	(61.839)	(7,64%)	(40.349)
. Outros	0,92%	799	(0,36%)	(1.889)
Encargos não aceites fiscalmente	7,94%	6.877	0,57%	3.013
Imposto sobre lucro do exercício	<u>(37,06%)</u>	<u>(32.086)</u>	<u>18,07%</u>	<u>95.447</u>

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação.

Em Setembro de 2008, a Caixa recebeu uma notificação pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2007 no montante de mCve. 77.897. Ainda em 2008, a Caixa procedeu à liquidação de 46.986 mCve, tendo reclamado o restante. Já em 2012, a liquidação adicional referente ao exercício de 2007 foi estipulada pela DGCI em mCve. 2.570, tendo concordado com a Caixa relativamente ao restante. Ainda em 2012, a Caixa procedeu à liquidação de mCve. 1.503, tendo reclamado o restante. A Caixa registou uma provisão no montante de mCve. 1.502 (Nota 17).

Em Setembro de 2010, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 49.842 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Ainda durante o exercício de 2010, a Caixa liquidou o montante de mCve. 25.073, tendo reclamado o restante. No exercício de 2012 a Caixa registou uma provisão no montante de mCve. 833 (Nota 17).

Em Dezembro de 2010, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 5.330 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento (Empresas não residentes e rendimentos prediais) relativo ao exercício de 2005, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos. A Caixa registou uma provisão de mCve. 119 referente apenas ao IUR – Rendimentos prediais (Nota 17).

Em Setembro de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI, relativa a uma liquidação adicional no montante de mCve. 59.380 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2010, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos. Durante o exercício de 2012, a liquidação adicional foi estipulada em 40.644 mEuros, tendo a Caixa procedido à liquidação de 16.145 Euros e à reclamação do valor remanescente.

Em Novembro de 2011, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.696 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2006, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Julho de 2012, a Caixa foi notificada pela DGCI de uma liquidação adicional no montante de mCve. 4.521 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2011, tendo a Caixa procedido à sua liquidação na totalidade.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Caixa tem registada uma provisão para contingências fiscais no valor de mCve 48.148 e mCve 48.817, respectivamente (Nota 17).

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2012.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Outros activos:</u>		
Bens arrematados	14.208	14.159
Numismática e medalhística	176	126
<u>Devedores:</u>		
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
. Bonificações	668.510	570.825
. Outros	29.616	27.887
Fundo Micro-Crédito (Nota 18)	53.487	53.725
Devedores diversos	25.425	109.327
Devedores por remessas cambiais	22.839	22.009
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Seguros	1.177	1.178
Outros	6.025	-
Operações activas a regularizar	60.076	15.279
	881.539	814.515
Imparidade de Outros Activos (Nota 17)	(35.617)	(32.509)
	<u>845.922</u>	<u>782.006</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os bens arrematados correspondem a imóveis recebidos em dação e apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

Ano de aquisição	2012			2011		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
2004	1.973	(1.973)	-	1.924	(1.924)	-
2007	3.161	(3.161)	-	3.161	(2.371)	790
2008	3.324	(2.493)	831	3.324	(1.662)	1.662
2009	5.750	(2.875)	2.875	5.750	(1.438)	4.312
	<u>14.208</u>	<u>(10.502)</u>	<u>3.706</u>	<u>14.159</u>	<u>(7.395)</u>	<u>6.764</u>

No exercício de 2011, as mais valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 1.685 (Nota 25).

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito à habitação, sendo calculadas de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pela Caixa desde o início de 2004.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No exercício de 2010, a Caixa recebeu da Direcção Geral do Tesouro (DGT) o relatório preliminar de uma auditoria externa ao regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com a Caixa relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. A Caixa contestou as conclusões deste relatório ainda em 2010. No exercício de 2012, a Caixa recebeu a resposta ao contraditório apresentado, na qual a DGT estipula que, de um valor reclamado de mCve. 297.860 pela Caixa até 2008, apenas mCve. 115.930 são devidos. Encontram-se ainda em curso negociações com a DGT com vista à quantificação do valor definitivo a reconhecer pela DGT relativamente aos exercícios acima referidos, bem como quanto aos montantes reclamados entre 2009 e 2012, que totalizam mCve. 410.496. O Conselho de Administração da Caixa deverá envidar esforços no sentido de se fechar as negociações com a celeridade possível e que caso o acordo final resulte num saldo negativo para a Caixa, esse valor deverá ser diferido por um período de 6 anos, uma vez que resulta da acumulação de processos de cobrança enviados ao Ministério das Finanças entre 2002 e 2008.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Devedores – Fundo Micro Crédito” refere-se a créditos concedidos no âmbito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas. O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Devedores diversos” respeita a montantes de adiantamentos realizados a fornecedores de Imobilizado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Devedores por remessas cambiais” refere-se a remessas de cheques sobre o estrangeiro, as quais foram regularizadas no início do exercício subsequente.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica corresponde ao valor a pagar por insuficiência de disponibilidades mínimas obrigatórias no Banco de Cabo Verde relativa ao período compreendido entre 16 e 31 de Dezembro de 2011.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos à ordem:		
De instituições de crédito no país	108.238	110.191
	<u>108.238</u>	<u>110.191</u>
Depósitos a prazo:		
De instituições de crédito no país	250.000	250.000
	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>
Empréstimos obtidos:		
Linha de Credito I.F.C	551.325	-
De organismos financeiros internacionais	297.716	286.689
De instituições de crédito no país	-	1.388.047
	-	38.669
	<u>849.041</u>	<u>1.713.405</u>
Juros:		
De depósitos	12.834	12.821
De empréstimos obtidos	12.395	6.490
	<u>25.229</u>	<u>19.311</u>
	<u>1.232.508</u>	<u>2.092.907</u>

Em 14 de Novembro de 2010, a Caixa contraiu junto do Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat um financiamento no valor de 2.600.000 Euros (mCve. 286.689). Este empréstimo vencia juros a uma taxa fixa e tinha data de vencimento em 17 de Fevereiro de 2012.

Em 21 de Dezembro de 2011 a Caixa contratou junto do Nederlandse Financierings-Maatschappij Voor Ontwikkelingslanden n.v. ("FMO") uma linha de crédito no montante total de 10.000.000 Euros (1.102.650 mCve). O montante total do crédito será disponibilizado numa tranche inicial de 5.000.000 Euros (551.325 mCve) e em duas tranches de 2.500.000 Euros cada (275.663 mCve). O reembolso será semestral no período decorrido entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019. Esta linha de crédito vence juros a uma taxa variável. Em 31 de Dezembro de 2012 a Caixa já utilizou a primeira tranche, no montante de 551.325 mCve. O recebimento das restantes tranches está dependente do cumprimento pela Caixa de um conjunto de covenants.

O contrato prevê ainda que em caso de incumprimento dos covenants, a Caixa deverá apresentar ao FMO a fundamentação desse incumprimento ("waiver request"), bem como as diligências a efectuar com vista à sua resolução, sujeito a uma penalidade monetária. O contrato prevê ainda que em caso de incumprimento esta entidade poderá solicitar o reembolso antecipado do empréstimo.

A partir de 30 de Setembro de 2012 a Caixa está em incumprimento do covenant "Open assets exposure ratio". Neste sentido, em 25 de Fevereiro de 2013 a Caixa enviou um "waiver request" ao FMO onde justifica o incumprimento e apresenta medidas concretas para a sua regularização.

É convicção do Conselho de Administração da Caixa que o FMO irá aceitar o *waiver*.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	4.777.464	4.733.710
Depósitos à vista:		
De residentes	8.797.208	6.673.953
De emigrantes	683.248	639.992
	9.480.456	7.313.945
Depósitos a prazo:		
De residentes	10.695.821	9.191.582
De emigrantes	9.654.254	9.098.062
	20.350.075	18.289.644
Outros recursos:		
Empréstimos obtidos de residentes	326.667	338.333
Cheques e ordens a pagar	9.390	(18.796)
Títulos cedidos com acordo de recompra (Nota 7)	4.465.730	4.859.230
	4.801.787	5.178.767
Juros:		
De depósitos	476.481	383.413
De empréstimos obtidos de residentes	5.310	5.449
De títulos cedidos com acordo de recompra	54.532	52.980
De empresas privadas	-	84
	536.323	441.926
Despesas com encargo diferido:		
De empréstimos obtidos de não residentes	(16.095)	-
	39.930.010	35.957.992

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes” corresponde a um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros a uma taxa fixa, a reembolsar em 15 prestações anuais. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS, para aquisição de habitação própria.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é o seguinte:

	2012					
	Saldos em 31.12.2011	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31.12.2012	Recuperações de imparidade	
<u>Imparidade</u>						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.046.777	549.620	(198.943)	2.397.454	(18.360)	
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	200		
Imparidade de outros activos (Nota 13)	32.509	8.108	(5.000)	35.617		
	2.079.486	557.728	(203.943)	2.433.271	(18.360)	
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	48.817	833	(1.502)	48.148		
	2.128.303	558.561	(205.445)	2.481.419	(18.360)	
	2011					
	Saldos em 31.12.2010	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transfe- rências	Saldos em 31.12.2011	Recuperações de imparidade
<u>Imparidade</u>						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1.767.324	458.993	(179.540)	-	2.046.777	(44.439)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	200	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	26.459	6.050	(1.185)	1.185	32.509	
	1.793.983	465.043	(180.725)	1.185	2.079.486	(44.439)
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	50.002	-	-	(1.185)	48.817	
	1.843.985	465.043	(180.725)	-	2.128.303	(44.439)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Recursos</u>		
Recursos consignados - Fundo Micro-Crédito (Nota 13)	53.487	53.725
Sector público administrativo - retenção de impostos na fonte	28.124	36.151
Outros	2.956	3.088
<u>Custos com pessoal:</u>		
Férias e subsídio de férias	54.621	50.949
Prémio de produtividade (Nota 27)	30.987	29.729
Subsídio de falha	12.530	11.785
<u>Outros custos administrativos:</u>		
Encargos com ATM	11.486	20.241
Água, gás e electricidade	12.396	8.314
Comunicações	3.267	6.679
Taxa anual de manutenção de acções	3.000	3.250
Comissões a pagar - Western Union	1.771	9.383
Outros	53.549	52.477
<u>Receitas com proveito diferido:</u>		
De operações extrapatrimoniais	1.083	1.022
Outras contas de regularização	39.818	45.319
	<u>309.075</u>	<u>332.112</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui mCve. 6.891 e mCve. 5.907, respectivamente, referentes a montantes pendentes de liquidação de empréstimos bonificados. Adicionalmente, o saldo remanescente desta rubrica é composto essencialmente por valores a regularizar com bancos e clientes que correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura accionista da Caixa é a seguinte:

Entidade	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%
Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A.	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%
Impar - Companhia Caboverdeana de Seguros	168.032	12,1%
Outros subscritores e trabalhadores	183.357	13,2%
	<u>1.392.000</u>	<u>100,00%</u>

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2012	2011
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	410.132	366.865
. Outras reservas	1.715.788	1.535.177
. Resultados transitados	(177.062)	(177.062)
	<u>1.948.858</u>	<u>1.724.980</u>
Lucro do exercício	118.664	432.678
	<u>2.067.522</u>	<u>2.157.658</u>

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Na reunião de Assembleia Geral realizada em 26 de Abril de 2012, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de mCve. 208.800 e incorporação em reserva legal e outras reservas nos montantes de mCve. 43.268 e mCve. 180.610, respectivamente.

Na reunião de Assembleia Geral realizada em 26 de Março de 2011, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de mCve. 208.800 e incorporação em reserva legal e outras reservas nos montantes de mCve. 37.894 e mCve. 132.248, respectivamente.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2.310.564	2.343.051
Recuperação de juros anulados	172.731	188.119
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	319.640	234.574
Outros títulos de rendimento fixo	94.731	93.053
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	2.279	4.645
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	3.039	2.843
Outros juros e rendimentos similares	357	484
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	107.927	132.955
	<u>3.011.268</u>	<u>2.999.724</u>

Nos exercícios de 2012 e 2011, os juros de Obrigações do Tesouro colocadas no mercado secundário ascenderam a mCve. 265.638 e mCve. 158.233, respectivamente (Nota 22).

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos de poupança		
Cadernetas	45.506	50.987
Depósitos à ordem		
De emigrantes	9.758	9.202
De residentes	12	10
Depósitos a prazo		
De residentes	492.760	411.424
De emigrantes	425.755	372.796
Empréstimos		
De residentes	66.722	90.313
De não residentes	22.639	11.618
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro (Nota 21)	265.638	158.233
Juros anulados de crédito de clientes		
Crédito interno	20.462	17.485
Outros	2.875	539
	<u>1.352.127</u>	<u>1.122.607</u>

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Comissões Western Union	55.609	61.759
Comissões sobre operações cambiais	80.938	47.398
Garantias e avales prestados	8.637	16.393
Comissões de manutenção de contas	14.513	14.001
Comissões VISA	7.835	5.930
Créditos documentários	1.404	5.557
Outros serviços bancários prestados	11.611	12.987
Outras comissões	13.428	12.613
	<u>193.975</u>	<u>176.638</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Comissões sobre operações cambiais	(11.994)	(14.069)
Comissões VISA	(10.098)	(9.001)
Outras comissões e encargos	(35.028)	(27.766)
	<u>(57.120)</u>	<u>(50.836)</u>

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

24. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012			2011		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	181.356	(133.037)	48.319	176.700	(124.262)	52.438
Resultados em notas e moedas	165.690	(130.170)	35.520	146.734	(110.406)	36.328
	<u>347.046</u>	<u>(263.207)</u>	<u>83.839</u>	<u>323.434</u>	<u>(234.668)</u>	<u>88.766</u>

25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Ganhos e perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.685
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	702
	<u>2.387</u>

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Outros proveitos de exploração:</u>		
Prestação de serviços:		
Taxas de serviço	31.905	52.751
Cartões de crédito	4.534	3.508
Venda de cheques e cadernetas	7.648	8.363
Locação de imóveis (Nota 8)	126	131
Outros proveitos de exploração	8.729	15.791
	<u>52.942</u>	<u>80.544</u>
<u>Outros custos de exploração:</u>		
Outros impostos	(7.620)	(6.420)
Donativos	(1.043)	(5.626)
Quotizações	(871)	(389)
Outros	(9.557)	(4.917)
	<u>(19.091)</u>	<u>(17.352)</u>
	<u>33.851</u>	<u>63.192</u>

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

27. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Remunerações de empregados	471.591	420.808
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	31.133	27.162
Encargos sociais		
Previdência social	67.234	61.508
Despesas médicas	3.816	4.240
Outros	5.579	5.357
Prémios de produtividade (Nota 18)	30.987	29.729
Outros	6.521	5.603
	<u>616.861</u>	<u>554.407</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2012	2011
Administradores executivos	3	3
Direcção Geral e Coordenação	17	16
Gerência e chefias	38	37
Técnicos	100	110
Administrativos	106	94
Apoio Geral e auxiliar	39	21
	<u>303</u>	<u>281</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os números apresentados acima incluem 62 e 47 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços especializados	139.312	146.889
Encargos com ATM	104.149	112.865
Publicidade	52.759	67.537
Água, gás e electricidade	47.484	43.507
Deslocações, estadas e representação	35.936	44.018
Comunicações	35.058	37.497
Conservação e reparação	22.312	15.975
Rendas e alugueres	21.271	20.426
Seguros	18.254	20.291
Encargos com formação do pessoal	14.730	7.569
Combustíveis	11.426	10.662
Material informático	1.153	535
Contencioso e notariado	343	571
Outros	32.108	19.496
	<u>536.295</u>	<u>547.838</u>

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	326.256	333.072
Créditos documentários abertos	31.456	146.149
	<u>357.712</u>	<u>479.221</u>
Depósito e guarda de valores	5.853.650	5.365.689
	<u>6.211.362</u>	<u>5.844.910</u>

30. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de “Negociação e Vendas” e “Banca Comercial”.

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a actividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2012		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	414.035	2.597.233	3.011.268
Juros e encargos similares	-	(1.352.127)	(1.352.127)
MARGEM FINANCEIRA	<u>414.035</u>	<u>1.245.106</u>	<u>1.659.141</u>
Rendimentos com serviços e comissões	-	193.975	193.975
Encargos com serviços e comissões	-	(57.120)	(57.120)
Resultados de reavaliação cambial	-	83.839	83.839
Outros resultados de exploração	33.851	-	33.851
PRODUTO BANCÁRIO	<u>447.886</u>	<u>1.465.800</u>	<u>1.913.686</u>
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	(540.201)
	<u>447.886</u>	<u>1.465.800</u>	<u>1.373.485</u>
Outros custos e proveitos	-	-	(1.254.821)
Resultado líquido do exercício			<u><u>118.664</u></u>
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	2.846.489	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	894.667	894.667
Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	226.929	5.109.436	5.336.365
Crédito a Clientes	7.231.562	27.515.962	34.747.524
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	(1.232.508)	(1.232.508)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(326.667)	(39.603.343)	(39.930.010)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	301.800	2.697.924	2.999.724
Juros e encargos similares	-	(1.122.607)	(1.122.607)
MARGEM FINANCEIRA	301.800	1.575.317	1.877.117
Rendimentos com serviços e comissões	-	176.638	176.638
Encargos com serviços e comissões	-	(50.836)	(50.836)
Resultados de reavaliação cambial	-	88.766	88.766
Resultados de alienação de outros activos	702	1.685	2.387
Outros resultados de exploração	63.192	-	63.192
PRODUTO BANCÁRIO	365.694	1.791.570	2.157.264
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	(420.604)
	365.694	1.791.570	1.736.660
Outros custos e proveitos	-	-	(1.303.982)
Resultado líquido do exercício			432.678
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	3.306.285	3.306.285
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	647.957	647.957
Activos Financeiros disponiveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	538.860	183.617	722.477
Crédito a Clientes	7.991.810	28.801.936	36.793.746
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	(2.092.907)	(2.092.907)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(338.333)	(35.619.659)	(35.957.992)

A totalidade da actividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

31. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus accionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	Estado de Cabo Verde	2012		
		Accionistas		
		Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	227.000	-	-	-
Crédito a clientes	5.868.650	-	-	177.219
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	150.490
Imparidade	-	-	-	(61.164)
Outros activos	698.126	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	273.566	28.717
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.790.611	-	-
Empréstimos obtidos	-	-	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	320.960	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	8.304	12.822	-

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011			
	Estado de Cabo Verde	Accionistas		
		Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	540.000	-	-	-
Crédito a clientes	6.451.980	-	-	181.881
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	104.912
Imparidade	-	-	-	(26.471)
Outros activos	598.712	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	338.333	300.545	1.470
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	8.847.923	-	-
Empréstimos obtidos	-	-	-	60.000
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	300.987	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	173.529	12.781	-

Órgãos de gestão

Em 2012, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a mCve. 31.133 (mCve. 27.162 no exercício de 2011) (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 1.700 e mCve. 1.973, respectivamente.

32. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adopção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise a posteriori dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respectivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo caboverdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projecções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012						Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.846.489	-	-	-	-	-	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de crédito	894.667	-	-	-	-	-	894.667
Aplicações em instituições de crédito	5.227.000	717	-	-	108.225	423	5.336.365
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.250.669	1.006.521	1.307.227	9.290.422	17.184.819	4.707.866	34.747.524
	<u>10.218.825</u>	<u>1.007.238</u>	<u>1.307.227</u>	<u>9.290.422</u>	<u>17.293.044</u>	<u>4.708.289</u>	<u>43.825.045</u>
Passivo:							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(108.238)	(547.716)	-	-	(551.325)	(25.229)	(1.232.508)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.949.598)	(2.543.763)	(10.750.972)	(6.492.718)	(3.672.730)	(520.229)	(39.930.010)
	<u>(16.057.836)</u>	<u>(3.091.479)</u>	<u>(10.750.972)</u>	<u>(6.492.718)</u>	<u>(4.224.055)</u>	<u>(545.458)</u>	<u>(41.162.518)</u>
Diferencial	<u>(5.839.011)</u>	<u>(2.084.241)</u>	<u>(9.443.745)</u>	<u>2.797.704</u>	<u>13.068.989</u>	<u>4.162.831</u>	<u>2.662.527</u>

	2011						Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.306.285	-	-	-	-	-	3.306.285
Disponibilidades em outras instituições de crédito	647.957	-	-	-	-	-	647.957
Aplicações em instituições de crédito	551.153	717	62.382	-	108.225	-	722.477
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.391.271	2.277.530	2.899.204	10.365.456	15.654.563	4.205.722	36.793.746
	<u>5.896.666</u>	<u>2.278.247</u>	<u>2.961.586</u>	<u>10.365.456</u>	<u>15.762.788</u>	<u>4.205.722</u>	<u>41.470.465</u>
Passivo:							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	6.942	6.942
Recursos de outras instituições de crédito	(1.754.612)	(287.235)	(51.060)	-	-	-	(2.092.907)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(14.580.021)	(4.644.088)	(12.298.434)	(4.149.201)	(304.959)	18.711	(35.957.992)
	<u>(16.334.633)</u>	<u>(4.931.323)</u>	<u>(12.349.494)</u>	<u>(4.149.201)</u>	<u>(304.959)</u>	<u>25.653</u>	<u>(38.043.957)</u>
Diferencial	<u>(10.437.967)</u>	<u>(2.653.076)</u>	<u>(9.387.908)</u>	<u>6.216.255</u>	<u>15.457.829</u>	<u>4.231.375</u>	<u>3.426.508</u>

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um carácter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna “Indeterminado” inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adoptada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows activos e passivos assim como o correspondente *gap* de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais, e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbios é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de Fevereiro.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O valor dos fundos próprios mínimos afectos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise colectiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações activas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspectiva prudencial.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito da Caixa apresenta a seguinte decomposição:

	2012	2011
Aplicações em instituições de crédito	5.336.365	722.477
Crédito a clientes	32.350.070	34.746.969
	<u>37.686.435</u>	<u>35.469.446</u>
Garantias e avals	326.256	333.072
Créditos documentários abertos	31.456	146.149
	<u>357.712</u>	<u>479.221</u>
Exposição máxima	<u>38.044.147</u>	<u>35.948.667</u>

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	2012			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.558.878	156.758	1.923.755	9.639.391
Vencido	13.951	21.056	793.509	828.516
	<u>7.572.829</u>	<u>177.814</u>	<u>2.717.264</u>	<u>10.467.907</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	330.555	13.518	6.955	351.028
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	9.218.353	452.530	1.138.556	10.809.439
Vencido	3.743	4.768	151.192	159.703
	<u>9.222.096</u>	<u>457.298</u>	<u>1.289.748</u>	<u>10.969.142</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	3.899.133	146.669	217.761	4.263.563
Vencido	1	20.504	194.372	214.877
	<u>3.899.134</u>	<u>167.173</u>	<u>412.133</u>	<u>4.478.440</u>
Outros créditos				
Vincendo	432.550	105.067	156.591	694.208
Vencido	4.232	1.636	39.065	44.933
	<u>436.782</u>	<u>106.703</u>	<u>195.656</u>	<u>739.141</u>
Garantias prestadas				
Vincendo	2.500	-	-	2.500
Instituições financeiras				
Vincendo	76	-	-	76
Sector Público				
Vincendo	938.548	-	-	938.548
	<u>938.548</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>938.548</u>
Total crédito vincendo	<u>22.380.593</u>	<u>874.542</u>	<u>3.443.618</u>	<u>26.698.753</u>
Total crédito vencido	<u>21.927</u>	<u>47.964</u>	<u>1.178.138</u>	<u>1.248.029</u>
Total de crédito	<u>22.402.520</u>	<u>922.506</u>	<u>4.621.756</u>	<u>27.946.782</u>

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	8.837.364	180.025	1.185.484	10.202.873
Vencido	4.305	16.356	497.207	517.868
	<u>8.841.669</u>	<u>196.381</u>	<u>1.682.691</u>	<u>10.720.741</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	450.607	23.007	728	474.342
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	8.994.257	378.447	960.559	10.333.263
Vencido	668	3.295	129.813	133.776
	<u>8.994.925</u>	<u>381.742</u>	<u>1.090.372</u>	<u>10.467.039</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	4.972.328	145.505	209.833	5.327.666
Vencido	-	13.428	172.963	186.391
	<u>4.972.328</u>	<u>158.933</u>	<u>382.796</u>	<u>5.514.057</u>
Outros créditos				
Vincendo	930.583	8.192	219.706	1.158.481
Vencido	3.644	2.148	54.147	59.939
	<u>934.227</u>	<u>10.340</u>	<u>273.853</u>	<u>1.218.420</u>
Garantias prestadas				
Vincendo	4.880	-	-	4.880
Sector Público				
Vincendo	989.967	-	-	989.967
Vencido	-	-	831	831
	<u>989.967</u>	<u>-</u>	<u>831</u>	<u>990.798</u>
Total crédito vincendo	<u>25.179.986</u>	<u>735.176</u>	<u>2.576.310</u>	<u>28.491.472</u>
Total crédito vencido	<u>8.617</u>	<u>35.227</u>	<u>854.961</u>	<u>898.805</u>
Total de crédito	<u>25.188.603</u>	<u>770.403</u>	<u>3.431.271</u>	<u>29.390.277</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
 - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- “Créditos com incumprimento”
 - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
 - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante a Caixa foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo de crédito aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram 2.446.703 mCve. e mCve. 2.642.019, respectivamente, ascendendo a imparidade a 977.133 mCve. e mCve. 623.297, respectivamente. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

De forma a dar cumprimento à Circular Série A, n.º 150 de 28 de Dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, os indicadores de qualidade do crédito em 31 de Dezembro de 2012 são apresentados da seguinte forma:

. Crédito em incumprimento/crédito total: 6,1%

. Crédito em incumprimento líquido / crédito total, líquido: 0,12%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

2012					
	SalDOS analisados			SalDOS não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.846.489	2.846.489	-	-	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de crédito	894.667	894.667	-	-	894.667
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	5.336.365	5.336.365	-	-	5.336.365
Crédito a clientes	29.947.497	27.789.951	(2.157.546)	4.800.027	34.747.524
	<u>39.028.841</u>	<u>36.871.295</u>	<u>(2.157.546)</u>	<u>4.800.027</u>	<u>43.828.868</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.232.508)	(1.054.744)	177.764	-	(1.232.508)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(39.930.010)	(40.093.830)	(163.820)	-	(39.930.010)
	<u>(41.162.518)</u>	<u>(41.148.574)</u>	<u>13.944</u>	<u>-</u>	<u>(41.162.518)</u>
2011					
	SalDOS analisados			SalDOS não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.306.285	3.306.285	-	-	3.306.285
Disponibilidades em outras instituições de crédito	647.957	647.957	-	-	647.957
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	722.477	722.477	-	-	722.477
Crédito a clientes	30.541.246	29.285.015	(1.256.231)	6.198.500	36.739.746
	<u>35.221.788</u>	<u>33.965.557</u>	<u>(1.256.231)</u>	<u>6.198.500</u>	<u>41.420.288</u>
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	(6.942)	(6.942)	-	-	(6.942)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.092.907)	(2.112.223)	(19.316)	-	(2.092.907)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(35.957.992)	(35.759.761)	198.231	-	(35.957.992)
	<u>(38.057.841)</u>	<u>(37.878.926)</u>	<u>178.915</u>	<u>-</u>	<u>(38.057.841)</u>

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldo não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido da imparidade constituída.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

2012						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	666.993	325.623	166.049	(133.045)	(273.340)	(530.061)
Total activo sensível	666.993	325.623	166.049	(133.045)	(273.340)	(530.061)
Recursos de outras instituições de crédito	114.692	103.747	98.389	88.404	83.637	74.527
Total passivo sensível	114.692	103.747	98.389	88.404	83.637	74.527
Total Ganho / (Perda)	552.301	221.876	67.660	(221.449)	(356.977)	(604.588)

2011						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	560.949	267.186	130.071	(126.588)	(246.867)	(446.809)
Total activo sensível	560.949	267.186	130.071	(126.588)	(246.867)	(446.809)
Recursos de outras instituições de crédito	3.739	4.905	5.489	6.655	7.239	8.405
Total passivo sensível	3.739	4.905	5.489	6.655	7.239	8.405
Total Ganho / (Perda)	557.210	262.281	124.582	(133.243)	(254.106)	(455.214)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2012 e 2011, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

Projeção margem financeira						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício de 2012	(38.825)	(19.412)	(9.706)	9.706	19.412	38.825
Exercício de 2011	(38.825)	(19.412)	(9.706)	9.706	19.412	38.825

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2012 e 2011, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Esses impactos correspondem exclusivamente a obrigações corporate detidas pela Caixa.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a 23.153.450 mCve. e mCve. 18.794.767, respectivamente.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Risco cambialDecomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012				
	Moeda				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.168.270	393.553	133.091	151.575	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.904	335.351	433.791	82.621	894.667
Activos financeiros disponíveis para venda (saldo líquido)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	5.227.424	108.941	-	-	5.336.365
Crédito a clientes (valores brutos)	34.747.515	9	-	-	34.747.524
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	150.490	-	-	-	150.490
Outros activos (saldo líquido)	183.960	654.979	6.983	-	845.922
	<u>42.520.563</u>	<u>1.496.656</u>	<u>573.865</u>	<u>234.196</u>	<u>44.825.280</u>
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(366.252)	(862.067)	(4.166)	(23)	(1.232.508)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(38.797.031)	(614.758)	(517.496)	(725)	(39.930.010)
Outros passivos	(9.796)	(15.210)	(50.623)	(233.446)	(309.075)
	<u>(39.173.079)</u>	<u>(1.492.035)</u>	<u>(572.285)</u>	<u>(234.194)</u>	<u>(41.471.593)</u>
Exposição líquida	<u>3.347.484</u>	<u>4.621</u>	<u>1.580</u>	<u>2</u>	<u>3.353.687</u>

	2011				
	Moeda				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.288.403	677.376	203.466	137.040	3.306.285
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84.161	46.970	458.062	58.764	647.957
Activos financeiros disponíveis para venda (saldo líquido)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	539.226	183.251	-	-	722.477
Crédito a clientes (valores brutos)	34.305.899	441.069	1	-	34.746.969
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	104.912	-	-	-	104.912
Outros activos (saldo líquido)	759.988	20.349	886	783	782.006
	<u>38.082.589</u>	<u>1.372.838</u>	<u>662.415</u>	<u>196.587</u>	<u>40.314.429</u>
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	(6.942)	-	-	-	(6.942)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.081.013)	(7.605)	(4.289)	-	(2.092.907)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(34.938.148)	(426.002)	(592.036)	(1.806)	(35.957.992)
Outros passivos	(331.796)	(310)	(4)	(2)	(332.112)
	<u>(37.357.899)</u>	<u>(433.917)</u>	<u>(596.329)</u>	<u>(1.808)</u>	<u>(38.389.953)</u>
Exposição líquida	<u>724.690</u>	<u>938.921</u>	<u>66.086</u>	<u>194.779</u>	<u>1.924.476</u>

33. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso BCV nº 3/2007 de 19 de Novembro “Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais”, a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso BCV nº 3/2007 define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo de do rácio de solvabilidade.

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- os Fundos Próprios de base determinadas a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes;
- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas as participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	<u>Dividendos</u>	<u>Div./RL</u>	<u>Fundos próprios</u>	<u>Solvabilidade</u>	<u>Limite imobilizações</u>
2012	-	0,0%	3.358.911	13,58%	127,70%
2011	208.800	48,3%	3.487.109	13,51%	189,95%